

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE  
VENDAS NOVAS**



**SESSÃO ORDINÁRIA  
DE ABRIL**

**ATA N.º 2/2021**



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS****Ata n.º 2/2021**

1. Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano dois mil e vinte e um, no Auditório Municipal, teve lugar uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Vendas Novas, com início às 21 horas e 08 minutos, tendo estado presentes todos os membros convocados, nomeadamente:
2. Estiveram presentes os seguintes Membros: Hermínia Maria Viegas Henriques (Presidente da Assembleia Municipal), Hugo Miguel Seródio Mendes (1.º Secretário), Cátia Alexandra de Sousa Silva (2.ª Secretária), Valentino Salgado Cunha, Ana Rita de Oliveira Lança, Vera Maia Carvalho de Sousa Garcia, Maria Luís Arranja Martins de Barros, Sophie Veiga Fontes, Gonçalo Nuno Balão Cegonha, Catarina de Jesus Mendes Serrudo, Rúben Alexandre dos Anjos Alves, Maria Clara Cardoso Pereira, Vítor Dias Serrano, Paula Maria S. Guerreiro Rocharte Valentim (PS), José Filipe Godinho Barradas, José Lino Queiroz dos Santos, Maria João Abrantes B. de Almeida e Silva Luz, José Manuel Batista Leitão(CDU); Ricardo Manuel Coelho Videira, João Carlos de Carvalho B. Perdigão Marquês (PSD).
3. Em representação da Câmara Municipal estiveram presentes: o Presidente da Câmara Municipal, Luís Dias e pelos Srs. Vereadores Ana Barros, Bruno Gomes, Susana Gonçalves, João Teresa Ribeiro e Emília Paulino.
4. O **Presidente da Assembleia Municipal**, saúda todos os presentes na Assembleia Municipal e o público presente.
5. Refere que a Mesa decidiu fazer a presente sessão presencial por acharem que já dispõem de condições para tal. Menciona que teve de ser no Auditório Municipal, porque no Fórum Cultural “A Praça” está a funcionar o Centro de Vacinação Covid-19. Possivelmente até ao final do mandato, não vão conseguir fazer nenhuma sessão no Fórum “A Praça”, tendo de se adaptar conforme as sessões, apesar de saber que no Auditório Municipal não dispõem da mesa para se fazerem os apontamentos.
6. O **Membro José Leitão** saúda todos os presentes. Refere que o Centro Sócio Cultural tem 600m<sup>2</sup>, dando perfeitamente para se estar sentados, com todas as condições e, quando na próxima Assembleia Municipal, que em princípio, deve-se ir discutir os documentos de 2020, convém mesmo, sendo muito complicado estar no Auditório Municipal com papéis, principalmente a sua pessoa, que é muito anarquista com as coisas, deixando essa nota.
7. A **Presidente da Assembleia Municipal** refere que a Mesa já pensou nisso, mas como ainda está uma temperatura um pouco baixa, em junho já está mais ameno, possivelmente será no Centro Sócio Cultural que a vão realizar.
8. Informa que, presentemente, não é possível fazer a transmissão em direto para a Rádio Granada. O técnico, por motivos profissionais, não pode estar presente. Vão utilizar as gravações que vão ser feitas na Assembleia Municipal, sendo que a Rádio Granada vai transmitir depois em diferido.
9. No presente, o Município de Vendas Novas ainda não tem condições para fazer uma transmissão em direto por tanto tempo, tem feito as sessões solenes, mas é algo de uma hora, hora e meia, não havendo ainda condições para tal, sendo a solução que conseguiram arranjar é transmitir depois em direto numa data a definir pela Rádio Granada.
10. Informa que têm havido uns pequenos transtornos por cauda da página da plataforma do Município, sendo que a plataforma do Município foi toda remodelada, através da CIMAC e está a ser alimentada aos poucos, por isso terem faltado as atas dos anos anteriores, faltam também editais, ou seja, a página está a ser carregada aos poucos.

## PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

11. **A Presidente da Assembleia Municipal** apresenta o **Projeto de Ata n.º 6/2020**, questionando se algum dos Membros tem alguma proposta de alteração ao Projeto de Ata n.º 6 de 2020.
12. Não havendo mais intervenções a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o referido documento, tendo sido **aprovado, por unanimidade, o Projeto de Ata n.º 6/2020**, referente à sessão realizada no dia 21 de dezembro de 2020.
13. Não participaram na referida votação, por não terem estado presentes, os Membros Vera Garcia, José Filipe Barradas, Tiago Aldeias e João Perdigão.
14. O **Membro José Leitão** refere que a Bancada da CDU vota a favor, mas, não deixam de salientar que a presente ata é entregue faltando uma ata, não se estando a cumprir com a lei, ou seja, está presente a de dezembro de 2020, faltando a de fevereiro de 2021.
15. Menciona que em termos formais votariam contra, em termos de conteúdo é evidente que, não têm nada a apontar.
16. A **Presidente da Assembleia Municipal** refere que a presente Ata não é uma Ata é um “livro”, mencionado que se fizerem a impressão em A5, são cento e vinte páginas, sendo um pequeno “livro”.
17. O **Membro João Perdigão** saúda todos os presentes. Informa a Mesa que se absteve pelo facto de não ter estado presente na última sessão.
18. A **Presidente da Assembleia Municipal** refere que nas atas já não se vota abstenção, só se vota a favor ou contra.
19. A **Membro Clara Pereira** apresenta em nome da Bancada do PS a “**Moção de Saudação ao 25 de Abril e ao Primeiro de Maio**”. (Anexo 6/21)
20. O **Membro José Leitão** refere que fica espantado com a presente Moção. O PS são realmente vários PS, ou então, o papel dá para tudo. Não se vai alongar sobre determinados assuntos, mas quando se fala, por exemplo, em direitos laborais, podem ver o que foi feito desde que o PS assumiu a governação do País e até onde quis ir no que diz respeito à reposição dos direitos dos trabalhadores no tempo em que o Passos Coelho e o Paulo Portas estiveram no Governo, havendo coisas em que não se chegaram à frente. Há coisas onde o PS continua intransigentemente a não aceitar a reposição daquilo que havia no tempo antes de Passos Coelho.
21. Menciona que é evidente que a Bancada da CDU vai votar favoravelmente em relação à presente Moção não tendo dúvidas nenhuma, mas há coisas que cheiram a branqueamento e não devem de ser deixadas passar em branco e, tem a ver, por exemplo, com a justa distribuição da riqueza. Na Assembleia da República, o PCP apresentou uma proposta para aumentar a progressividade dos impostos, nomeadamente em sede do IRS. O PS votou contra e, sabem que, quanto maior progressividade houver nos impostos, maior justiça social existe, como tal, não faz grande sentido vir com bons discursos que, acabam traduzidos no seu contrário, ou seja, existem provas de que isso não é realmente assim.
22. É evidente que está bem escrita a Moção, é louvável, mas falta concretizar muito do que está descrito, porque se concretizassem o que está presente, poderiam estar no lado da Bancada da CDU que não tinha problema nenhum.
23. O **Membro Valentino Cunha** agradece a palavra. Menciona que, relativamente ao comentário do Membro da CDU, obviamente que o PS tem vários PS, sendo um partido abrangente, em que se tem em cada um, a particularidade na visão de como veem o mercado laboral, o funcionamento da economia,

- havendo uns mais à esquerda, havendo uns mais ao centro e, isso é uma diversidade que aceitam e que reforça aquilo que é a índole do PS e do que procuram fazer no País.
24. Obviamente, também assente naquilo que é a realidade do possível e, nesse sentido, no que diz respeito aos direitos laborais.
  25. Obviamente que gostaria de ver muitos mais, pessoalmente falando, direitos laborais recuperados, aqueles que durante a Troika que foram eliminados e reduzidos, mas também na justa distribuição da riqueza, falou no aumento da progressividade do IRS e deve lembrar que o PS, no último Governo, aumentou progressivamente do IRS ao adicionar dois escalões.
  26. Relembra que o PS introduziu medidas de incentivo de redução do IRS para as famílias mais pobres. O PS certamente assente na maioria Parlamentar de apoio que figurava na anterior legislatura, também introduziu o adicional ao Imposto Municipal sobre Imóveis, que passou a tributar adicionalmente as grandes propriedades. Nesse sentido, acha que o PS tem feito justos avanços na distribuição da riqueza no País.
  27. Menciona que, gostaria também de aproveitar por se estar a falar do 25 de Abril e comentar aquilo que foi para si uma menção falsa que foi proferida num discurso do 25 de Abril na Sessão Solene e que foi proferida pelo atual candidato do PSD, membro suplente na presente Assembleia Municipal e que, espera ouvir na presente Assembleia Municipal que o candidato se retrate da falsidade que proferiu e que vai citar, porque é muito grave e estão habituados a ouvir o PSD a deturpar palavras da Bancada do PS e muitas vezes do executivo, estão habituados ao PSD ocultar e omitir alguns argumentos que são utilizados nos vários debates e também já estão habituados ao PSD utilizar, de certo modo, questões muito graves e sérias para levantar o alarmismo na população.
  28. Menciona que não o pode deixar em claro que durante a Sessão Solene do 25 de Abril, que foi a frase que mais o chamou à atenção por ser cabalmente falsa e acha que a população que ouviu deveria e merece e, acima de tudo os profissionais de saúde do SNS merecem que o candidato do PSD se retrate, porque e, passa a citar: enunciou ao minuto sete, quarenta e cinco do direto da Câmara Municipal, a seguinte frase “fragilidades de um SNS que se confrontou com a necessidade de se escolher de quem vive e de quem morre”. Refere que isso nunca aconteceu em Portugal, no nosso Serviço Nacional de Saúde durante a presente pandemia. Isso é bastante grave estar a querer passar à população de que houve médicos ou enfermeiros que tiveram de decidir quem vive ou quem morre. Esse tipo de gravidade de afirmações não deve de ser tratada com leviandade e, espera-se mais de um candidato a uma Câmara Municipal.
  29. O **Membro Tiago Aldeias** saúda a todos os presentes. Refere que já tinha saudades das Assembleias e ainda por cima é ano de Eleições Autárquicas, a coisa começa a animar, vem para a mesa essa discussão e isso agora vai ser empolgante e ainda por cima no presente dia não lhe dava jeito nenhum que o primeiro de maio é no sábado, têm manifestação às 14.30h no Teatro Garcia Resende, até à Praça 1.º de maio em Évora e acha que todos deveriam participar, não lhe dando jeito nenhum participar no presente dia, mas como sabia que ia animar, resolveu vir.
  30. A primeira coisa que tinha para dizer era: fazer publicidade à manifestação, já o fez, a seguir refere que o Membro José Leitão disse e bem que, a Moção do PS se fosse realidade, a malta do PS poderia estar na Bancada da CDU, ou também iria para a Bancada do PS. Também poderia ir para a Bancada do PS se, se o PS colocasse isso em prática e não fosse só conversa. Para si, só lhe falta o girassol ao lado.
  31. Defendendo um pouco a direita, quando o Partido Socialista refere na Moção a criticar a direita e a malta de centro direita, porque dá oportunidade aos Partidos de Extrema Direita, presume, querendo dizer que também acha que o PS também dá essa oportunidade. Quando o PS não dá a resposta aos problemas das populações, quando o PS faz moções como a que está presente, em que diz uma coisa, mas na prática faz outra, quando se tem esse PS de contradições e de ausência de resposta aos problemas básicos das populações, é disso que se aproveita esses partidos populistas para depois virem “vender a banha da cobra”, quando sabem que eles ainda seriam um pouco piores que o PS.

32. Deixa o convite para que às duas e meia na Praça 1.º de Maio até ao Teatro Garcia de Resende, com o mote de defender os direitos dos trabalhadores e o Partido Socialista que escreveu a presente Moção vão estar certamente na manifestação do 1.º de Maio.
33. A **Presidente da Assembleia Municipal** informa o público presente que há uma parte da Assembleia Municipal que é para o público presente intervir, sendo a intervenção na última parte da Sessão da Assembleia Municipal.
34. O **Membro Ricardo Videira** começa por saudar na sua pessoa, a Assembleia Municipal, na sua pessoa o Presidente da Câmara Municipal e o respetivo enviado que está sentando ao lado da sua Bancada e o público presente.
35. Começa por referir que, realmente as condições do espaço não são as melhores para se proferir um discurso, mas seria importante ter-se um púlpito para poderem falar, com os documentos à sua frente, sendo, de alguma forma, mais fácil de se dirigirem à Presidente da Assembleia Municipal, tal como se dirige às Bancadas. De alguma forma, teria sido uma forma de enobrecer de quem usa da palavra e facilitar essa mesma utilização.
36. Menciona que, não contava intervir no presente período, mas vai fazê-lo e em resposta ao Senhor Membro Valentino eventualmente enviado por alguém, mas também referir que se irão abster na presente Moção por um único motivo, precisamente, pela tentativa de colagem que fazem àquilo que chamam de direita moderada, à fragilização dos alicerces da democracia, seja aquilo que for.
37. Menciona que a Bancada do PSD não se revê nesse tipo de observação e, naturalmente, se irão abster apesar da fundamentação no global estar correta.
38. Refere que, não se queria alongar demasiado com a questão do discurso do 25 de Abril, mas o que é facto é que passaram por um período muito complicado. Durante alguns meses, o país viveu enclausurado, fechado nas suas casas.
39. Os serviços de saúde debateram-se com muitas dificuldades, médicos, enfermeiros, auxiliares, fizeram tudo o que podiam e o que não podiam e foi público as dificuldades que foram sentidas por eles, muitas vezes, tiveram de tomar decisões difíceis de pessoas que poderiam ou teriam condições para ser entubadas, não teriam condições para se entubadas, situações de internar em cuidados intensivos ou não internar em cuidados não intensivos de pessoas que não poderiam ser transferidas para determinadas áreas dos hospitais porque efetivamente estavam sobrelotadas e foi, nesse contexto, que foi feita aquela observação que um dos vários PS que existem, interpretou de uma forma enviesada.
40. Obviamente que, aquilo que foi dito, não é uma crítica ao Serviço Nacional de Saúde, foi uma realidade com que foram confrontados e que é importante que a memória prevaleça para que não se repita e que aí sim, em conjunto e nos valores da democracia, se saiba trabalhar para que isso não volte a acontecer.
41. Não havendo mais intervenções o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o referido documento, tendo sido **aprovado**, por **maioria**, com 19 votos a favor (14 do PS e 5 da CDU) e 2 abstenções (PSD) a “**Moção de saudação ao 25 de Abril e ao Primeiro de Maio**”, apresentado pela Bancada do PS. (Anexo 6/21)
42. A **Membro Maria João Luz** cumprimenta a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, os Membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, os Senhores Vereadores, Deputados da Assembleia Municipal, os trabalhadores da Câmara Municipal e o público que está a assistir.
43. Apresenta em nome da Bancada da CDU a “**Moção 25 de Abril e 1.º de Maio**”. (Anexo 7/21)
44. Não havendo mais intervenções o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o referido documento, tendo sido **aprovado**, por **maioria**, com 19 votos a favor (14 do PS e 5 da CDU) e 2 abstenções (PSD) a “**Moção 25 de Abril e 1.º de Maio**”, apresentado pela Bancada do CDU. (Anexo 7/21)

45. O **Membro João Perdigão** apresenta em nome da Bancada do PSD uma **Recomendação “Vendas Novas, um passo à frente na retoma da atividade física”**. (Anexo 8/21)
46. O **Membro Valentino Cunha** agradece a palavra. No que respeita à presente Moção e sem prejuízo, obviamente, da Assembleia Municipal não se dever substituir aquilo que são as obrigações e as competências desportivas do Município na presente matéria e em que cabe ao Município fazer a organização dessas atividades e não havendo a possibilidade de aqui se debater com o Município o que é que está previsto fazer nas presentes circunstâncias, já se pode notar que já existe uma retoma da atividade desportiva a nível Municipal.
47. Menciona que, no presente dia, enquanto andava pela cidade reparou que no Estádio Municipal já há a retoma da atividade desportiva, nomeadamente, no que pensa ter sido um treino do Estrela Futebol Clube e também em outros equipamentos municipais parece haver condições para se proceder a essa retoma, obviamente, dentro daquilo que são as diretrizes da Direção Geral de Saúde para uma retoma em segurança.
48. Comunica à presente Assembleia Municipal que o Partido Socialista se irá abster na presente recomendação, partindo do princípio de que não é obviamente competência da Assembleia Municipal e que a retoma já está a ser concretizada pelo Município.
49. O **Membro José Leitão** agradece a palavra. Menciona que o Membro Valentino Cunha ultimamente tem vindo com o argumento da competência da Assembleia Municipal. Pessoalmente não o subscreve, estão presentes para “obrigar” o Executivo a executar, por isso não subscreve essa “artimanha”.
50. Refere que em relação à recomendação do PSD, a Bancada da CDU, independentemente de haver alguns aspetos que mereçam alguma consideração, considera que o Executivo Municipal já deveria ter feito mais do que fez. Por exemplo, a piscina coberta poderia estar a funcionar e não está, em Montemor-o-Novo ela funciona, se funciona em Montemor-o-Novo, poderia funcionar em Vendas Novas. Não vê razão nenhuma, sendo que vai nadar a Montemor-o-Novo.
51. Ao nível da atividade física com os idosos, ela poderia ter continuado a existir com um número reduzido de idosos, mas era possível de ter sido feito, sendo que em Montemor-o-Novo está a acontecer, tal como a hidroginástica, mesmo entre os dois confinamentos, sendo turmas com seis pessoas, por isso pensa que se poderia ter ido mais longe na atividade da questão da atividade física, sendo que contrariamente àquilo que se possa pensar à partida, é terrível, sendo que o segundo confinamento para si tem sido bastante desgastante, onde passou bem pior do que passou no primeiro e reconhece que haver programas para incentivarem as pessoas a manter-se com algum movimento e com alguma atividade são fundamentais e, aí sim, pensa que o executivo, eventualmente em articulação com as escolas e com o Centro de Saúde deveria ter ido mais à frente do que foi no presente aspeto.
52. Refere que não vale a pena vir dizer que depois dos factos deveria ter sido é fácil, é sempre fácil criticar-se.
53. Menciona que a Bancada da CDU irá votar favoravelmente apesar de alguns pormenores, mas são questões de pormenor.
54. Não havendo mais intervenções o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o referido documento, tendo sido **aprovado**, por **maioria**, com 7 votos a favor (2 do PSD e 5 da CDU) e 14 abstenções do PS, a **Recomendação “Vendas Novas, um passo à frente na retoma da atividade física”**, apresentada pela Bancada do PSD. (Anexo 8/21)
55. O **Membro Ricardo Videira** agradece a palavra. Refere que não saudou o regresso da Senhora Presidente da Assembleia Municipal à Assembleia Municipal que, por motivos de saúde, não esteve presente na última sessão, mas é com muito gosto que vê que está de volta.

56. Aproveita para reiterar uma pergunta que deixou em aberto, não sabendo se a Senhora Presidente da Assembleia Municipal teve a oportunidade de assistir em direto à última Assembleia Municipal, referindo que deixou uma pergunta registada dirigida à Senhora Presidente da Assembleia Municipal.
57. Enquadrando: “na Assembleia Municipal realizada no dia 30 de junho de 2020, sob a proposta do Partido Socialista foi criada a Comissão de Acompanhamento da Recuperação Económica e Social após o surto Covid-19. Nos últimos meses, o país tem vivido o pior momento pandémico o que levou à imposição de novas restrições e confinamentos com impactos severos na economia na área social da nossa terra”.
58. Na Assembleia Municipal de fevereiro, apesar da ausência da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, deixaram registado um pedido de feedback relativamente à periodicidade das reuniões realizadas, ao respetivo conteúdo e à forma como os contributos dados pelos diversos intervenientes tem sido assimilada pelos agentes com a responsabilidade na gestão da pandemia no Concelho de Vendas Novas.
59. Assim, de alguma forma, tendo como base a premissa que levou à criação da Comissão, passa a citar a moção que foi apresentada ou a proposta que foi apresentada pelo Partido Socialista em que dizia que “esta Comissão deverá reunir com a mesma periodicidade que a mesma definir, mas sendo obrigatória a realização de atas de trabalho regulares, bem como, relatórios de acompanhamento da situação que possam auxiliar na emanação de novas medidas, alteração à estratégia inicial, reforço de verbas financeiras para apoio, entre outros.
60. Questiona a Senhora Presidente da Assembleia Municipal se a Comissão tem servido o propósito para o qual foi criada e se pode dar um feedback do seu trabalho.
61. **A Presidente da Assembleia Municipal** refere que tiveram a reunião em fevereiro e voltou a marcar-se uma reunião para o dia 10 de maio.
62. Na reunião de maio refere que vão fazer o ponto da situação da saúde, da educação e da economia. Para essa reunião vai convidar a Diretora do Agrupamento de Escolas para estar presente para dar o feedback do que se está a passar nas escolas.
63. Menciona que a ata de fevereiro não foi aprovada, porque não estava conforme o especificado, vai à próxima reunião, em que na próxima semana já votam as atas e como todas as Bancadas têm um Membro presente a representar, estão os Presidentes das Juntas de Freguesia, onde está o Presidente de Câmara ou alguém a representar, referindo que pensa que todos sabem o que é que se está a passar.
64. Já perguntou e foi mal interpretada, numa reunião qual era o assunto que gostavam de se ver debatido, porque achou que não se está lá e não pode impor nada, sendo a coordenadora porque é a Presidente da Assembleia Municipal e é quem anda no âmbito da Câmara, sendo mais fácil orientar as coisas e quando questionou qual era o assunto que gostava de ver debatido foi no âmbito de poder haver algum assunto que não se estivessem a lembrar para o fazer, sendo um pouco mal interpretada sobre esse assunto, pelo que pede desculpa, não o tendo feito como se fosse minuta, fez porque pensou que os membros que estavam presentes tinham o direito de dizer o que gostariam que fosse mais abordado e desenvolvido.
65. Menciona que vão ter novamente reunião no dia 10 de maio em que vão falar todos e vão ver se vale a pena continuar com a comissão ou não, sendo que a mesma cessa no final do mandato. Vão falar todos e vão chegar a uma conclusão e vão decidir o que se vai fazer com a comissão.
66. **O Membro Ricardo Videira** agradece a palavra. Menciona que o objetivo não era colocar em causa o papel da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, nem as reuniões da Comissão. Era sim perceber a produtividade e se o âmbito em que foi definido na proposta que foi aprovada na Assembleia Municipal, se realmente tinha sido atingido, ou seja, auxiliar na emanação de novas medidas, alteração à estratégia inicial, reforço de verbas financeiras para apoio, entre outros.
67. Se esse objetivo tiver sido alcançado, terá sido obviamente um sucesso. Se não tiver sido, ser só uma forma de reporte, talvez, na sua opinião, fique aquém da expectativa e genuinamente e obviamente que a

- Bancada do Partido Socialista quando propôs a moção e aliás foi trazida pela própria Câmara Municipal e pelo próprio Partido Socialista, teria como objetivo melhorar a resposta da Câmara Municipal à situação pandémica em que se vivia e não simplesmente auscultar, ouvir e receber feedback, achando que se pode ir muito mais longe e seria essa a expectativa.
68. Refere que sobre o trabalho da Assembleia Municipal, gostaria de tocar no tema do socorro e emergência em Vendas Novas e o Grupo de Trabalho que a Senhora Presidente da Assembleia Municipal tem encabeçado e, na sua opinião, muito bem.
  69. Menciona que em outubro de 2020, o PSD solicitou uma reunião à Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vendas Novas, com o objetivo de aferir o ponto de situação da obra de extensão do respetivo Quartel.
  70. Nessa mesma reunião foi-lhes dado conta a existência de problemas operacionais que resultavam numa pior performance ao nível do socorro e da emergência no Concelho de Vendas Novas.
  71. Solicitaram por isso uma nova reunião, dessa feita com a presença do Comando, dos Bombeiros, para melhor se entender a situação.
  72. Essa reunião aconteceu em novembro de 2020 e, saíram da mesma com uma grande preocupação em relação à falta de recursos humanos para prestação de socorro à comunidade. Procuraram na sequência os outros partidos com assento nos Órgãos Autárquicos para, em conjunto, procurar desenvolver soluções. À época, apenas a CDU se mostrou disponível.
  73. Assim, na Assembleia Municipal de dezembro, apesar de o problema ultrapassar a esfera do Município, apresentaram uma proposta para criação de um Grupo de Trabalho para debater e procurar apoiar a Câmara Municipal na busca de soluções que permitissem melhorar o socorro e emergência no Concelho de Vendas Novas.
  74. Sentiram, na altura, uma relutância do Partido Socialista na aceitação da criação do Grupo, mas depois de um debate intenso, o facto é que a respetiva abstenção permitiu que o Grupo fosse criado.
  75. No mês de abril corrente, já com várias reuniões realizadas pelo Grupo de Trabalho e com a melhor perceção da gravidade do problema com que se vive diariamente no Concelho e pese embora ainda não tenham sido apontadas as medidas pelo Grupo de Trabalho e esperam que venham a ser, a Câmara Municipal anunciou o interesse na criação de mais uma equipa de intervenção permanente a juntar àquela que já existe.
  76. Não podiam, por isso, deixar de passar esses factos em claro e não registar a satisfação e orgulho que têm pelo trabalho desenvolvido pela presente Assembleia Municipal e pela Câmara Municipal nesse âmbito. Da coragem dos que em dezembro, independentemente da cor política não votaram contra a criação do Grupo de Trabalho, à intensidade e envolvimento de todos os que aos longo dos meses têm trabalhado no referido grupo, em articulação com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vendas Novas, passando pelo assinalar da Câmara Municipal da importância do momento que se vive, tendo-se essa envolvido na busca de uma solução que minimizasse o problema.
  77. É com muita honra que o PSD Vendas Novas, a bancada presente saúda a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal pelo trabalho desenvolvido na melhoria das condições de prestação de socorro e emergência no Concelho de Vendas Novas, tornando-se esse, na sua interpretação, um exemplo de como é possível caminhar e trabalhar em conjunto em prol da comunidade do Concelho de Vendas Novas.
  78. **A Presidente da Assembleia Municipal** refere que estão a avançar, estando só à espera de uma resposta para voltar a marcar a reunião, que antes não vale a pena, só quando se tiver o “bolo todo” é que se volta, tendo de se rentabilizar o tempo de todos.

79. O **Membro Valentino Cunha** agradece a palavra. Refere no que diz respeito às duas comissões, a bancada do Partido Socialista gostaria de assinalar que tem vindo a ser desenvolvido um trabalho importante.
80. Na Comissão do Covid-19 conseguiram ter importantes informações numa reunião e, permitam-lhe destacar sobre o processo de vacinação em Vendas Novas e aí gostaria de apelar ao Município se fosse possível, que fosse também comunicando na presente Assembleia Municipal ou publicamente à população, um ponto da situação da vacinação, tendo em conta que deixa a todos mais confortáveis, saber qual é que é o grau de proteção que se tem no Concelho e pensa que esses dados possam estar disponíveis por parte do ACES ou do Centro de Saúde.
81. No que diz respeito à Comissão dos Bombeiros Voluntários, ouviram, como a Senhora Presidente da Assembleia Municipal saberá, as entidades envolvidas, no presente caso a Associação Humanitária, os problemas que decorriam e que eles identificavam como sendo mais prementes. Na reunião da Comissão que tiveram com os Bombeiros também identificaram e pensa que tenha sido concordância geral dos representantes dos três partidos que são de difícil resolução e que em termos do que é que o Município poderá fazer será algo muito limitado, porque depende acima de tudo da vontade das pessoas em serem bombeiros ou em serem motoristas.
82. Refere que não crê que haja uma espécie de causalidade entre a criação da comissão e a criação de uma EIP, porque lhe parece que uma EIP não é criada assim de “um dia para a noite” e certamente, tendo em conta que isso não foi mencionado, nem foi sugestão da comissão, não lhe parece que ela tenha sido criada tendo em conta a criação dessa comissão.
83. Menciona que é um pouco injusto estar-se a falar do tema no presente ponto em que o executivo não pode intervir, mas se o Senhor Presidente da Câmara Municipal poder dar na Informação Municipal, no último ponto, algumas informações complementares, se calhar, também seria importante para perceberem qual é o ponto de situação dos Bombeiros, nomeadamente da criação dessa EIP e como é que isso poderá melhorar o socorro e a resposta a todos os cidadãos de Vendas Novas.
84. O **Membro Ricardo Videira** agradece a palavra. Menciona que, de alguma forma, essas intervenções, não diria de fuga à responsabilidade, mas diria de não assumir a responsabilidade enquanto autarcas e aqui enquanto membro substituto dos eleitos diretos se confessa, acha que têm de assumir as suas responsabilidades enquanto autarcas. Têm de estar informados, têm de estar preparados para debater os assuntos e, no caso do socorro e emergência, mesmo que não exista umnexo causal, há um alinhamento de princípios e o alinhamento de princípios é que existe um problema, o problema é antigo, o problema não estava em “cima da mesa”, pelo menos no debate político e foi colocado em conjunto e não sabe se foi a pressão direta do tema ter sido colocado em “cima da mesa” que fez com que a Câmara Municipal tomasse a decisão ou não, mas o espírito, a derrota prévia não faz parte da forma de estar da sua bancada. “A Câmara Municipal não pode fazer mais”, quase que foi arrolado na Assembleia Municipal em que propuseram a criação do Grupo de Trabalho.
85. Sendo precisamente contra isso, contra essa falta de ambição que a Bancada do PSD se posicionou. Entendem que a Câmara Municipal pode sempre fazer mais e poderá tanto mais, quanto mais for capaz de envolver os outros partidos políticos, quanto mais for capaz de envolver a comunidade, quanto mais for capaz de envolver os Bombeiros Voluntários e as outras coletividades vendasnovenses e é essa ambição que os autarcas têm de ter para a nossa terra e é essa a ambição que lhes falta.
86. O **Membro Valentino Cunha** refere que no presente tema gostaria só de dizer e, no presente caso, de afirmar que a ambição do Município em resolver a questão, tanto foi efetiva de que foi criada uma nova EIP e, portanto, achar que o Município não tem ambição e que os autarcas do Partido Socialista não têm ambição e as coisas aparecem resolvidas, acha que é de quem já não se interessa por ter argumentos que tenham aderência à realidade e isso veem recorrentemente em outros assuntos e certamente nos pontos da presente Assembleia Municipal lá chegarão.
87. O **Membro José Leitão** refere que o Membro Valentino Cunha pediu ao Membro Ricardo Videira para repor alguns pormenores do seu discurso e agora ouviu dizer que já estava criada a segunda EIP e

questionou o Membro Valentino Cunha que lhe disse que está para ser criada, sendo coisas diferentes. Uma coisa é estar criada outra coisa é o que vai ser criado, mencionando que tem de ter calma com isso.

88. O **Membro Valentino Cunha** refere que para terminar o tema e daí que tenha pedido ao Município mais esclarecimentos na Atividade Municipal e deixa uma nota que não esperava de um companheiro de três cadeiras ao lado esse tipo de observações.

## PERÍODO DA ORDEM DO DIA

### 1.º Ponto – RELATÓRIO DO 2.º SEMESTRE DE 2020 DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO E CONSOLIDAÇÃO ORÇAMENTAL DO MUNICÍPIO DE VENDAS NOVAS

89. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 1.º ponto da ordem de trabalhos e dá a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que seja feita a respetiva introdução.
90. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Cumprimenta a Senhora Presidente da Assembleia Municipal e a restante Mesa, cumprimentar todos os Senhores Vereadores, Membros da Assembleia Municipal, o público presente e os colaboradores do Município que estão presentes no serviço para garantir o funcionamento da Assembleia Municipal.
91. Em relação ao Relatório do Plano de Saneamento Financeiro, o relatório de fim de ano, do segundo semestre do ano de 2020 e à semelhança do que tem vindo a acontecer nos últimos anos foram cumpridas e ultrapassadas todas as metas definidas para o Plano de Saneamento Financeiro e Consolidação Orçamental do Município de Vendas Novas, plano esse que se iniciou ainda em 2013 e que tem vindo, de alguma forma, a acompanhar a evolução financeira das contas da Câmara Municipal.
92. Esses indicadores, sete anos depois são também uma marca da gestão que se tem vindo a fazer e não se ficam pelos objetivos que traçaram, mas cumprem-nos com alguma tranquilidade e hoje vivem um momento financeiro diferente, não querendo dizer que seja desafogado em toda a linha, mas é bem diferente gerir uma Câmara Municipal em 2021 do que em 2013.
93. Nesse sentido destaca o trabalho de todos os colaboradores do Município de Vendas Novas que ao longo de sete anos têm contribuído para que seja possível cumprir as metas do plano e gerir com rigor aquelas que são as verbas fruto dos impostos dos Municípios e que têm de ser sempre geridas com o máximo de rigor e transparência e, nesse aspeto, há muito mérito sobretudo dos técnicos do Município que têm acompanhado e dado também o seu melhor para que isso seja possível.
94. Menciona que está disponível para esclarecer algumas dúvidas que possam subsistir na Assembleia Municipal, sendo que não há muito de novo, sendo que o plano já tinha vindo na última reunião do primeiro semestre, este é do segundo semestre e também como no primeiro tudo cumprido.
95. Não havendo mais intervenções a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o ponto n.º 1, tendo sido **deliberado, por maioria, com 19 votos a favor (14 do PS e 5 da CDU) e 2 abstenções (PSD), aprovar o relatório de acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro e Consolidação Orçamental do Município de Vendas Novas, referente ao 2.º semestre de 2020.**
96. O **Membro José Leitão** refere como o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse “não há muito de novo”, sendo verdade. É um plano que foi criado ainda no tempo da CDU e dizer que em termos de declaração de voto, consideram suas a declaração de voto que os Vereadores da CDU apresentaram na reunião da Câmara Municipal. (Anexo 9/21)
97. O **Membro Valentino Cunha** refere que também para efeitos de declaração de voto, apesar de achar que certas coisas pudessem ter sido ditas no debate, mas remeteriam para as atas dos pontos que foram debatidos sobre o assunto.

98. Em termos de declaração de voto dizer que o Partido Socialista vota a favor que apesar de ter sido a gestão financeira da CDU que criou um aumento da dívida municipal e de fraca execução das receitas dos orçamentos, que sem prejuízo de ter sido esse Plano de Saneamento Financeiro resultado dessa política, dessa gestão da CDU, que o Partido Socialista cumpriu com aquilo que tinha recebido que reduziu o endividamento e que consolidou as finanças municipais.
- 2.º Ponto – DECISÃO SOBRE O EXERCÍCIO EM 2021, DAS COMPETÊNCIAS PREVISTAS NOS SEGUINTE DIPLOMAS SETORIAIS PUBLICADOS NO ÂMBITO DA LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO, DESIGNADAMENTE: DECRETO-LEI N.º 21/2019 – EDUCAÇÃO E DECRETO-LEI N.º 23/2019 – SAÚDE, ALTERADOS PELO DECRETO-LEI N.º 56/2020, DE 12 DE AGOSTO**
99. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 2.º ponto da ordem de trabalhos e dá a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que seja feita a respetiva introdução.
100. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Em relação ao presente ponto e, na sequência do que fizeram já no ano 2019 e no ano 2020, o que propõe e que propuseram já à Câmara Municipal é que recomendasse à Assembleia Municipal, no âmbito da transferência das competências da educação e da saúde, de não aceitar já as competências em 2021, sendo que é meramente um formalismo, uma vez que houve alguma margem da DGAL por causa da pandemia para não haver comunicações até ao final do semestre. No entanto, querem ressaltar o facto de ainda não estarem preparados para receber essas duas competências, em concreto a educação e a saúde, onde têm de alguma forma feito algum trabalho para se perceber o que é que se tem de fazer para no ano de 2022, quando elas forem efetivas e não houver mais margem para as adiar, aquilo que têm de fazer para as assumir de acordo com aquilo que defendem que é assumi-las bem e fazer melhor do que faz no presente o Governo em Vendas Novas em matéria de educação e de saúde, nas áreas que são transitadas para as Câmaras Municipais.
101. Menciona que lhes preocupa e que ainda não está esclarecida a questão do envelope financeiro que acompanha cada uma das competências, motivo pelo qual devem de sublinhar a sua preocupação e o não haver ainda condições para receber essas competências sem ver esclarecidas algumas questões financeiras que são obviamente a garantia de fazerem melhor com os recursos humanos e patrimoniais existentes nas duas áreas e, sem isso esclarecido, pensa que os Municípios não têm condições ainda para o fazer e Vendas Novas é um desses casos, por isso propõe à Assembleia Municipal que delibere pronunciar-se desfavoravelmente pela aceitação no ano de 2021, não aceitar.
102. O **Membro Ricardo Videira** agradece a palavra. Refere que a Bancada do PSD está absolutamente solidária com a Câmara Municipal na fundamentação que é apresentada e, realmente, preocupa-os o facto de dois anos depois da lei ter sido aprovada, o Governo ainda não ter conseguido dar o conforto às Câmaras Municipais para poderem receber as competências que lhes serão necessariamente transferidas em 2022, mas que poderiam, desde já, estar a recebê-las.
103. Particularmente, no caso de Vendas Novas, que é um Município de pequenas dimensões no âmbito nacional, preocupa-lhes muito a questão dos recursos a transferir, mas também o estado em que vão receber as infraestruturas e isso está relatado e muito bem relatado no documento apresentado presentemente, porque uma coisa é, por exemplo, receber a Escola Básica e Secundária nova depois de uma obra de remodelação “num brinco” e, outra coisa, é receber no estado em que está, com trinta anos de utilização e com equipamentos significativamente deteriorados.
104. Menciona que o processo de descentralização ele é importante, reveem-se no mesmo, acham que é importante, mas não podem deixar que agrave as assimetrias entre Vendas Novas e as cidades com maior poder económico, com mais recursos para gerir e, nesse aspeto, estão absolutamente solidários com a posição da Câmara Municipal.
105. O **Membro José Leitão** refere que não estava para intervir, mas refere que é sobejamente conhecida a posição da CDU em relação a essa pseudo-transferência de competências para as autarquias, estando a Bancada da CDU frontalmente contra elas.



106. As experiências das autarquias no que fiz respeito às transferências de competências da Administração Central tem sido sempre em prejuízo das autarquias e da sua autonomia financeira e, dizer também que, consideram que o importante em questão não é em transferir competências, é sim avançar com o processo de regionalização que está constitucionalmente previsto e que continua a ser adiado eternamente, sendo esse e passa a expressão o “busílis” da questão, é a instalação da regionalização prevista constitucionalmente.

- **Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro – Educação**

107. Não havendo mais intervenções a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de Janeiro - Educação, tendo sido **deliberado, por unanimidade, não aceitar em 2021 a transferência das competências no domínio Educação, previstas no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, por não existir condições para tal.**

- **Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro – Saúde**

108. Não havendo mais intervenções a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro – Saúde, tendo sido **deliberado, por unanimidade, não aceitar em 2021 a transferência das competências no domínio Saúde, previstas no Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, por não existir condições para tal.**

109. O **Membro José Leitão** apresenta em nome da Bancada da CDU a declaração de voto referindo que votaram a favor contra a aceitação das novas competências nos domínios da educação e da saúde prevista respetivamente no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro e do Decreto-Lei 23/2019, de 30 de janeiro, porque ainda não estão definidas e garantidas as condições dos recursos financeiros, humanos, técnicos e patrimoniais para os Órgãos Autárquicos poderem exercer e cumprir plenamente, no presente e no futuro, as referidas novas competências ínsitas nos dois decretos anteriormente citados.

### **3.º Ponto – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO PARA 2021**

110. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 3.º ponto da ordem de trabalhos e dá a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que seja feita a respetiva introdução.

111. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Em relação ao ponto de alteração ao mapa de pessoal sublinha aquilo que está na informação que foi distribuída à Assembleia Municipal que estão a fazer um ajuste claro depois de identificar quatro casos de necessidade dos serviços e em que há um desajuste das funções exercidas por alguns colaboradores fase à sua posição no mapa de pessoal e portanto o que está proposto é a criação de quatro lugares para regularizar quatro situações de assistentes operacionais que desempenham tarefas de assistentes técnicos e feito esse levantamento, é uma questão de justiça meramente, não o tinham identificado antes e a criação de um lugar de assistente operacional para o Centro de Recolha Oficial, o antigo canil de Vendas Novas, uma vez que tem vindo a aumentar e em muito, depois das obras que foram feitas da ampliação do espaço, a necessidade de servir melhor os animais, mas também os munícipes que se deslocam ao canil e, de alguma forma, há a necessidade de dar algum apoio ao Veterinário Municipal na área da veterinária e da saúde pública, sendo essa a justificação desse pequeno ajuste que fazem ao mapa de pessoal.

112. A **Membro Maria João Luz** questiona o Senhor Presidente da Câmara Municipal visto que o mapa de pessoal veio em dezembro do ano transato para ser aprovado, se não acha que houve um bocadinho de falha no planeamento.

113. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra e a intervenção da **Membro Maria João Luz**. Refere que, no caso concreto, não. Foram identificadas as situações em causa, foram identificadas no decurso do primeiro trimestre do ano porque alguns dos colaboradores que desempenhavam as funções pontualmente no passado e não em contínuo e alguns outros não tinham sido identificados num processo que já tinham feito anteriormente.

114. Não é uma questão de planeamento, é uma questão de informação dos serviços para poderem agora retificar essa situação e, de alguma forma, também, não serem injustos para com as pessoas face à função que desempenham efetivamente na Câmara Municipal e que não se perspetiva que voltem a deixar de desenvolver essa atividade, porque se fosse uma questão pontual, eventualmente poderia manter-se na categoria que desempenham, sendo uma questão permanente não há motivo para se manter as pessoas numa categoria abaixo daquela que elas estão a exercer, sendo apenas uma questão de justiça e em dezembro não tinham essa informação toda, sendo esse o motivo, não tendo a ver com o planeamento que fazem.
115. O **Membro Tiago Aldeias** refere que a Lei n.º 7/2009, chama-se código do trabalho e depois há outra que se aplica aos Funcionários Públicos que se chama Lei do Trabalho em Funções Públicas. As pessoas trabalham nas autarquias são pagas, colaboram, certamente prestam um serviço público importante característico dos funcionários públicos, mas chamem-lhes consecutivamente colaboradores, então acha que o PS tem de fazer uma proposta na Assembleia da República para se passar a chamar a Lei de colaboração em funções públicas, o código da colaboração e assim sucessivamente ou se falam das coisas como são e as chamam pelos nomes, as pessoas trabalham, não andam a colaborar, as pessoas andam a trabalhar para receber o salário para sobreviver.
116. Refere que as obras do CRO foram feitas porque o Partido Ecologista - Os Verdes insistiu com o Partido Socialista para incluir no Orçamento de Estado, verbas para as Câmaras Municipais fazerem obras nos CRO'S e espera que a Câmara Municipal tenha aproveitado a verba para o fazer. Se não o aproveitou, devê-lo-ia ter aproveitado, porque já para aí em três anos consecutivos dos Orçamentos de Estado, aprovados pelo Governo minoritário do PS teve verbas para as Câmaras Municipais fazerem obras nos CRO'S por exigência do Partido Ecologista- Os Verdes.
117. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra e agradece a intervenção do Membro Tiago Aldeias. Explica que o financiamento para os CRO'S, talvez o Partido Ecologista - Os Verdes não tenha feito o trabalho todo com o Partido Socialista na altura e, uma vez que, foi uma Lei e bem aprovada para dar mais condições na área da saúde pública e também do acolhimento e das campanhas de adoção dos animais que infelizmente acabam fora de um seio familiar e, de alguma forma, isso preocupou-os na altura, tentando perceber se poderiam recorrer ao financiamento e a legislação não o permitiu, uma vez que, a CIMAC tinha previsto um Centro Oficial Intermunicipal e, portanto, estando Vendas Novas nesse processo, não poderia financiar um sozinho.
118. Fizeram as obras apenas do Município porque, independentemente de haver ou não financiamento, entenderam que era uma questão importante para a questão animal, sendo uma das áreas em que mais tem trabalhado e no último Mandato, acharam que o deviam fazer e, portanto, não, não tiveram financiamento.
119. Vieram depois a ser alteradas as condições de acesso aos financiamentos e do que estão à espera é de perceber se o pedido que fizeram de reembolso ainda vai ser feito ou não, ainda não têm resposta, mas espera que sim.
120. A **Presidente da Assembleia Municipal** dá a palavra ao Membro Tiago Aldeias, referindo que estão a falar do ponto do Mapa de Pessoal e não do canil.
121. O **Membro Tiago Aldeias** refere que não têm o PAN na Assembleia Municipal, têm Os Verdes. E se falarem do canil agora concluem o canil.
122. Só para dizer que o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que o Partido Ecologista, Os Verdes não fez bem o seu trabalho, mas que a culpa foi da CIMAC. Então têm de ver se a culpa foi da CIMAC que já tinha previsto um canil distrital e, escusa de estar a abanar a cabeça, que essa propaganda da “banha da cobra” para a Bancada da CDU não serve.
123. A **Presidente da Assembleia Municipal** intervém chamando a atenção do Membro Tiago Aldeias que o ponto é sobre o mapa de pessoal.



124. O **Membro Tiago Aldeias** refere que se o Senhor Presidente da Câmara Municipal falou no canil, ele também pode falar do canil, que tem o mesmo direito de falar do canil municipal.
125. A **Presidente da Assembleia Municipal** intervém referindo que o Membro Tiago Aldeias ou fala no ponto da Atividade Municipal sobre o canil e se centra no mapa de pessoal ou corta-lhe a palavra.
126. O **Membro Tiago Aldeias** refere que vai terminar a sua intervenção com respeito para com a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, chamando mais uma vez à atenção, que quando se corta a palavra aos Membros da Bancada por falarem fora do ponto, também tem de se cortar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal ou aos Senhores Vereadores por falarem fora do ponto.
127. Não havendo mais intervenções a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o ponto n.º 3, tendo sido **deliberado, por maioria, com 19 votos a favor (14 do PS e 5 da CDU) e 2 abstenções (PSD), aprovar a proposta de alteração ao Mapa de Pessoal do Município para 2021.**

#### **4.º Ponto – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ABERTURA DE PROCEDIMENTO E PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA AO MUNICÍPIO DE VENDAS NOVAS**

128. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 4.º ponto da ordem de trabalhos e dá a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que seja feita a respetiva introdução.
129. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Refere que em relação ao procedimento de contratação pública não é novo, já o fizeram no ano de 2018. Um procedimento a três anos, para a contratação de energia para iluminação pública e para os edifícios Municipais.
130. Menciona que têm uma previsão de redução do total do “bolo” com essa contratação em cerca de duzentos e oitenta mil euros, face também ao procedimento da eficiência energética que têm em curso e refere que esse valor é conservador, ou seja, não tendo ainda um ano apurado do projeto de eficiência energética, não tendo a noção da poupança total durante um ano, esse valor é um valor conservador no sentido de não lhes faltar verba depois no concurso para o fornecimento de energia.
131. Refere que têm obviamente duas obrigações que são competências da Assembleia Municipal, a primeira tratando-se de um concurso plurianual acima dos noventa e nove mil euros é competência da Assembleia Municipal autorizar o procedimento, bem como os compromissos plurianuais que advém do lançamento do concurso.
132. Não havendo mais intervenções a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o ponto n.º 4, tendo sido **deliberado, por maioria, com 19 votos a favor (14 do PS e 5 da CDU) e 2 abstenções (PSD): a) autorizar previamente a abertura de procedimentos para fornecimento contínuo de energia elétrica às instalações alimentadas em Média Tensão (MT), Baixa Tensão Especial (BTE), Baixa Tensão Normal (BTN) e Instalações de Iluminação Pública (IP em BTN), pelo período de três anos com começo previsto em outubro do corrente ano, com os seguintes encargos máximos estimados (valores sem IVA): 2021 – 76.000€; 2022 – 470.000€; 2023 – 485.000€; 2024 – 419.000€; b) autorizar previamente a assunção dos compromissos plurianuais que venham a resultar do procedimento descrito acima.**

#### **5.º Ponto – REGIMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

133. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 5.º ponto da ordem de trabalhos, referindo que é um ponto da competência da Assembleia Municipal, o ponto não foi à reunião de Câmara, sendo a Assembleia Municipal a aprovar ou não.
134. Dirigindo a palavra ao Presidente da Câmara Municipal referindo que têm presente a Vereadora do Pelouro da Saúde, pede-lhe para lhe passar a palavra para que seja feita a respetiva introdução sobre o Regimento.

135. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra, passando a palavra à Vereadora Ana Barros.
136. A **Vereadora Ana Barros** saúda todos os presentes e refere que ainda bem que estão todos presentes e bem, felizmente, devido à fase que se atravessa.
137. Não querendo descentrar do ponto, refere que no presente dia, a Comissão e Proteção de Crianças e Jovens comemora o Sétimo Aniversário, mencionando que tem sido um dia feliz.
138. Partilha que, comemoraram o dia na medida do possível e que foi realizado um webinar sobre a segurança na internet, assinalando assim uma data muito importante para todo o executivo.
139. Em relação ao Conselho Municipal de Saúde, menciona que não tem grande apresentação a fazer, uma vez que conhecem os documentos, um Regimento que são as regras de funcionamento, estando disponível para responder a questões.
140. Refere que o Regimento decorre da legislação, acrescentaram algumas competências no Concelho, mais a nível local. É um documento muito simples, cabendo à Assembleia Municipal a sua aprovação e se houver alguma sugestão da Assembleia Municipal, com certeza que será analisada.
141. Menciona que surge num momento importante, é essencial, não é por ele que se vai articular melhor ou pior com as entidades que o compõem, porque estão a fazê-lo na presente data quase diariamente, infelizmente, não sendo o motivo o mais feliz, é o contexto pandémico, mas é essencial e para o Município é muito importante.
142. Não havendo mais intervenções a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o ponto n.º 5, tendo sido **deliberado**, por **maioria**, com 19 votos a favor (14 do PS e 5 da CDU) e 2 abstenções (PSD), **aprovar o Regimento do Conselho Municipal de Saúde**.

#### **6.º Ponto – RELATÓRIO DA INSPEÇÃO TRIBUTÁRIA**

143. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 6.º ponto da ordem de trabalhos e dá a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que seja feita a respetiva introdução, referindo que o mesmo é só para conhecimento.
144. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Refere que o Relatório surge na sequência de algo que a Assembleia Municipal tem conhecimento, mencionando que foi arquivado o processo relativo à inspeção de dedução do IVA do autoconsumo de água, já tinha vindo à Assembleia Municipal para conhecimento do arquivamento do processo de 2015. A inspeção exerceu a sua atividade sobre os anos 2015, 2016 e 2017, sendo que a partir de 2018 têm a situação já e os procedimentos internos ajustados ao que é necessário, sendo arquivado o processo de 2016, não havendo muito mais a acrescentar, sendo apenas para conhecimento de uma matéria importante que decorre de uma inspeção da Autoridade Tributária.
145. **A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

#### **7.º Ponto – ISENÇÃO DE TAXAS DE OCUPAÇÃO DE TERRADO PARA AS FEIRAS MENSAIS NOS 2.º E 3.º TRIMESTRES DE 2021**

146. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 7.º ponto da ordem de trabalhos e dá a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que seja feita a respetiva introdução, referindo que o mesmo é só para conhecimento.
147. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Refere que a Câmara Municipal deliberou isentar as taxas por um motivo simples, sendo que durante um ano, sensivelmente, não tiveram mercados mensais, como tipicamente os chamam, legalmente chamados de feiras e, entenderam que há comerciantes de Vendas Novas, que também desenvolvem esse tipo de atividade, deviam ser sensíveis

também àqueles que perderam esse rendimento durante um ano, assim a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, isentar as taxas, vindo a informação para conhecimento da Assembleia Municipal.

148. **A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

**8.º Ponto – APLICAÇÃO DO PROGRAMA DE APOIO À REDUÇÃO TARIFÁRIA (PART) AO TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE PASSAGEIROS NO ALENTEJO CENTRAL**

149. **A Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 8.º ponto da ordem de trabalhos e dá a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que seja feita a respetiva introdução, referindo que o mesmo é só para conhecimento.
150. **O Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Menciona que o PART vem para conhecimento de uma situação que já se tornou pública, mas que de alguma forma, tem sido muito trabalhada na Assembleia Municipal e que é do interesse da comunidade e que ainda não está aplicado por falta de assinatura do contrato. Refere que houve decisão do Governo Português no sentido de anuir àquela que foi a argumentação da Câmara Municipal de Vendas Novas e também da CIM.
151. Houve também já proposta enviada pelo Governo Português de protocolos a assinar, foram já aprovados pela CIMAC, já foram aprovados também, segundo informação que têm, pelo Ministério da Habitação e Infraestruturas, estando dependente só do visto das Finanças para poder ser assinado e ser aplicado o desconto que todos aguardam e esperam.
152. A última informação que têm é que está no Ministério das Finanças que tutela também a CP e, sendo uma empresa pública tutelada pelas Infraestruturas e pelas Finanças, a parte das Infraestruturas está resolvida, falta a parte das Finanças e estão a aguardar.
153. **O Membro Tiago Aldeias** menciona que lhe parece importante saudar a intervenção da Assembleia Municipal ao longo de um longo período de tempo para que a presente redução tarifária se aplicasse no Concelho de Vendas Novas, uma intervenção destacada de todos os partidos representados na Assembleia Municipal.
154. Parece-lhe importante referir que essa é uma reivindicação do Partido Comunista Português na Assembleia da República desde 1998 e que só foi possível no presente dia.
155. **O Membro Valentino Cunha** agradece a palavra. Saúda que finalmente tenham chegado a bom porto no que diz respeito à aplicação do PART ao serviço Intercidades de Vendas Novas para a área metropolitana de Lisboa, mas também de Évora e do Concelho de Viana do Alentejo e de Montemor-o-Novo, nomeadamente a paragem de Casa Branca.
156. Informa que têm vindo a acompanhar o processo ao longo dos últimos meses, em bom rigor o PART foi implementado pela primeira vez em 2019, fez há pouco tempo dois anos, desde logo tendo em conta os movimentos pendulares que muitos dos cidadãos Vendasnovenses tem para Lisboa, sentiu-se a necessidade de garantir que o PART também seria aplicado, tal como foi em outros Concelhos fora da área Metropolitana, fosse aplicado ao Concelho de Vendas Novas, não sendo fácil porque havia por parte da CP, apesar de terem inicialmente conseguido o apoio da tutela, nomeadamente, das Infraestruturas, por parte da CP havia o argumento de que o serviço Intercidades não era um serviço de transporte pendular e, portanto, não deveria fazer parte do Programa de Redução de Tarifário.
157. Refere que nos últimos anos têm verificado que a política ferroviária no país tem mudado para melhor. Pela primeira vez, em muitas décadas diria e, que tentam reverter alguns erros do passado, erros do passado que não vale a pena estar a tentar ver quem são os responsáveis, não é disso que se trata, têm é de olhar para o futuro e nesse sentido, a aplicação do PART a Vendas Novas, embora tardia, porque cada mês já é tarde de mais, mas finalmente concretizada e em breve implementada, só lhes deve levar a que as expectativas não fiquem por aqui.

158. Apela à Assembleia Municipal que está em fim de mandato, mas deixar presente que o Partido Socialista de Vendas Novas continua comprometido em reivindicar reduções mais acentuadas no PART e um melhor serviço ferroviário que é disso que se trata acima de tudo. Mais ligações a Lisboa e a Évora, pela conclusão da ligação entre Évora e Elvas e pelo prolongamento do Intercidades aquando da conclusão desse troço de Évora até à Fronteira, servindo Vendas Novas de paragem intermédia na ligação Lisboa/Badajoz e, obviamente, eletrificação da linha até Beja permitindo ligações mais rápidas para o Baixo Alentejo.
159. Esses são os compromissos que o Partido Socialista de Vendas Novas vê como estratégicos para a cidade e para o Concelho e que, no âmbito no Plano Nacional Ferroviário e da consulta pública do Plano Nacional Ferroviário, irão apresentar como sugestão.
160. Deixa uma nota de que no lançamento do debate público do Plano Nacional Ferroviário vêm importantes políticas de garantir uma melhor articulação entre o transporte ferroviário e o transporte rodoviário, nomeadamente, para Montemor-o-Novo e para Mora que é o exemplo específico que dão aquando da apresentação do Plano Nacional Ferroviário e, nesse sentido, isso só vem reforçar todos os argumentos que foram apresentados ao longo do tempo, que é importante garantir uma redução dos passes do Intercidades em Vendas Novas para as várias estações da área metropolitana e que só podem avançar no futuro ainda mais e procurar reduções ainda mais fortes para garantir uma melhor qualidade de vida e uma melhor justiça social para todos os cidadãos do nosso Concelho.
161. O **Membro José Leitão** menciona que espera que as aspirações do Partido Socialista de Vendas Novas sejam iguais às do Partido Socialista Português, que é bom sinal, esperando que assim seja, que não sejam de “candeias às avessas” se não, coitados dos munícipes de Vendas Novas que ficam a penar ou correm o risco de penar.
162. Refere que também se congratula muito com o que o Membro Valentino Cunha afirmou sobre o Plano Nacional Ferroviário, mas não se esquece que o PS tem grandes culpas no seu passado no que diz respeito à ferrovia, recordando que foi um Governo socialista que privatizou a SOREFAME e que acabou por levar há extinção SOREFAME na Amadora, por isso, entre outras malfeitorias na época, sendo evidente que vão mudando e já, no presente dia, falaram em vários Partidos Socialistas, mas não queria deixar isso em branco, porque depois nessas situações parece que fizeram sempre bem e não fizeram, têm erros no passado, no presente a ferrovia é o que é, tendo havido “n” planos de desenvolvimento regional que têm acentuadas assimetrias regionais do país, em que o interior cada vez está mais isolado do litoral e o Partido Socialista tem culpas graves sobre isso, porque cria planos, mas depois quando se é para passar à prática, não acontece e alinha com os Partidos mais à sua direita numa política que é prejudicial ao país.
163. O **Membro Valentino Cunha** agradece a palavra. em jeito de resposta, pessoalmente nunca se sentirá confortável com esse Partido Socialista que desinveste na ferrovia e dito isso também tem de se sentir bastante confortável com o atual Partido Socialista que aposta na ferrovia que recuperou a EMEF, as oficinas do Entroncamento; de Guifões, em Matosinhos; do Barreiro e que está apostado em garantir o financiamento através de aquisição e recuperação de material circulante, que tanto foi criticado pela aquisição das carruagens a Espanha e que é também um compromisso do Governo, plasmado nas Grandes Opções 2021/2025, a recuperação da indústria ferroviária.
164. Esses erros do passado, com os quais não se sente confortável em termos pessoais, estão a ser revertidos e isso presentemente é a nota positiva que têm de ter e de esperança para um futuro mais claro e mais promissor da Ferrovia Nacional.
165. **A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

## 9.º Ponto – INFORMAÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL

166. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 9.º ponto da ordem de trabalhos e dá a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que seja feita a respetiva introdução.

167. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Em relação à Atividade Municipal refere que ela reporta sobretudo ao mês de março, sendo um período marcado pelo fim do pico pandémico, o primeiro pico pandémico vivido em Vendas Novas e que grande parte da atividade da Câmara Municipal foi de resposta a essa situação nova no Concelho e, de alguma forma, os motivou e levou a mover esforços para garantir uma resposta conveniente a todas as solicitações que tinham em todas as áreas.
168. Permitam-lhe só e antes de passar a palavra à Vereadora Ana Barros que tem o pelouro da saúde e agarrando o repto que a Assembleia Municipal lhes lançou de ter alguns dados sobre a vacinação, reconhecem e sublinham esse papel da campanha de vacinação como o grande móbil de esperança para a comunidade Vendasnovense e a Vereadora Ana Barros deve ter mais dados sobre isso, sendo que lhe passará a palavra de seguida.
169. Sobre a questão da EIP que foi presentemente debatida e, de acordo também com o que foi dito pelo Membro Valentino Cunha disse na altura da intervenção, deixa a informação que a EIP foi um processo com algum tempo, já tinham uma primeira já criada e pelos menos há dois anos que o Senhor Comandante dos Bombeiros Voluntários alertava para a necessidade, se fosse possível, de se criar uma segunda EIP, Equipa de Intervenção Permanente na Associação Humanitária.
170. Menciona que alertaram o Governo sobre essa intenção, foram informados que não havia no ano passado, em 2020, não havia procedimentos, mas que logo que houvesse iam ter em conta a Candidatura com uma prioridade, é que se houvesse Municípios a requerer que não tivessem nenhuma, teriam prioridade sobre Vendas Novas e aguardaram pacientemente o ano 2020 e tiveram a notícia que houve algumas autarquias no Distrito de Évora que não quiseram assinar o Protocolo das suas EIP's e Vendas Novas teria essa oportunidade de ver, de alguma forma, assegurada a sua intenção e estão a falar de um Protocolo que vai ser assinado na sexta-feira com o Senhor Ministro da Administração Interna e que depois poderá ser desencadeado pela Associação Humanitária para a contratação dos profissionais, havendo o suporte financeiro da Câmara Municipal e do Governo Português. No total se conseguirem constituir as duas EIP's como é a vontade do executivo, estão a falar de um investimento anual na ordem dos cento e quarenta e cinco mil euros, dividido em 50% pelo Governo Português e 50% pela Câmara Municipal
171. Menciona que a pretensão já estava manifestada anteriormente só que não havia a possibilidade que agora se abriu e que agarraram obviamente, porque entenderam que, é de facto, uma resposta.
172. Termina, saudando sempre todo o trabalho que qualquer entidade e elementos dos Partidos que todos eles fazem, bem como as instituições e no presente caso, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vendas Novas que tendo sérias limitações, nunca deixou de dizer presentemente, mesmo no período particularmente difícil como o que se vive, sobretudo, desde dezembro do ano passado com o primeiro pico pandémico no Concelho de Vendas Novas e com os profissionais que têm e que estão ao serviço, conseguiram sempre dar resposta à comunidade Vendasnovense e isso tem de ser mais do que qualquer outro indicador, tem de ser destacado na presente Assembleia Municipal.
173. Felicita a Assembleia Municipal pelo trabalho, de acompanhamento, que é missão também da Assembleia Municipal e felicitar os Bombeiros pelo trabalho que desempenharam.
174. Passa a palavra à Senhora Vereadora Ana Barros, estando depois disponível para mais esclarecimentos.
175. A Vereadora Ana Barros refere que quer focar dois pontos, um dos pontos que falaram anteriormente, que tem a ver com a promoção da atividade física ou a retoma da atividade física e depois dar conhecimento dos números da vacinação no Concelho de Vendas Novas.
176. Em relação à promoção da atividade física, refere que estão no presente momento precisamente a avançar com a retoma da atividade física, têm o Serviço de Desporto dedicado, precisamente no dia seguinte vão fechar a retoma dos desportos, das modalidades desportivas e quando falam em atividade física têm situações distintas, sendo que a Organização Mundial de Saúde diz que qualquer movimento conta e isso é atividade física, mas depois existem os desportos federados, no presente caso.

177. Menciona que têm previsto essa retoma nas várias modalidades, o estímulo às modalidades, sendo que também estão a reunir com as Federações que no momento estão a pedir as reuniões aos Municípios para estimular as várias modalidades, sendo que em maio e junho contam ter a retoma de várias modalidades, estando a falar da parte mais federada.
178. A parte da atividade física, recorda que houve faixas etárias que não pararam, ou seja, mesmo na pausa letiva e mesmo com o ensino à distância, continuaram com aulas e com o estímulo aos alunos, com os professores de educação física à distância, tanto no pré-escolar como no primeiro ciclo e também aos séniores, através do estímulo possível on-line e até de uma rúbrica que lançaram em vídeo no Facebook, o “Vendas Novas + ativa”, duas vezes por semana, também para tentar, na medida do possível, alertar as pessoas para essa questão.
179. Em relação à piscina coberta, sente que deve dar alguma satisfação uma vez que se calhar é a pessoa mais cética em relação à abertura de piscinas cobertas. Tentou informar-se e sendo profissional da área da saúde e, verificou que há um risco enorme, muito, muito exacerbado da transmissão do vírus em ambientes húmidos e até mesmo com proposta do Serviço de Desporto para reabrir a piscina, na sua pessoa por precaução, decidiu que não seria bom e não o iria arriscar.
180. A piscina coberta, apesar dos nossos “vizinhos” Montemorenses já estarem a nada na sua terra, em Vendas Novas mantém-se fechada por precaução.
181. Afirma que na saúde pública têm um princípio que se chama “o princípio da precaução” e, no presente caso e há notícias sobre isso e também tentou aconselhar-se junto de pediatras e não há nenhum pediatra que aconselhe na presente data a frequência de natação em ambientes fechados e húmidos. Refere que vão aguardar mais um tempo e depois então reabrirão a piscina.
182. Menciona que têm previsto lançar o Programa da Academia de Marcha e Corrida que está em PAM, está nos documentos previsionais e também a questão do BasketArt portanto o basquete 3x3, sendo que já têm a tabela instalada, estando no presente momento a terminar e vão ter um campeonato, um pequeno torneio já em maio, pela Federação Portuguesa de Basquete.
183. O Gangue do Pedal, refere que vão tentar nas escolas avançar com o estímulo da utilização das bicicletas ainda em maio ou mesmo no final do ano letivo, no mês de junho.
184. Menciona que tem previsto essa retoma em todas as faixas etárias, na próxima semana avançam já os séniores com as suas atividades, Academia Sénior e CLDS e também com as atividades físicas. Sendo isso, atividade física, promoção, retoma, mencionando que também podem ir com o Membro Tiago Aldeias ao Teatro Garcia de Resende e fazem a caminhada em conjunto.
185. No que toca à vacinação têm até à data de 18 de abril os dados que o ACES lhes forneceu de dois mil quinhentos e trinta e quatro Vendasnovenses do Concelho de Vendas Novas vacinados. São os últimos dados que têm, pensando que dá já 22% da população, esperando-se no mês de maio uma vacinação massiva, já lhes deram conta disso, sendo que esperam vacinar no mínimo setecentas pessoas por semana. No próximo sábado, inclusivamente vão já vacinar quinhentas pessoas. Sendo esses os dados que dispõe, encontra-se disponível para alguma questão.
186. O **Membro Tiago Aldeias** agradece a palavra. Refere que não sabe se isso se encaixa exatamente no presente ponto, mas em nota prévia para dizer à Vereadora Ana Barros que gostou e que teve bem, referindo que é no sábado as 14.30h.
187. Menciona que lhe parece que até agora ainda ninguém falou da questão da saúde na Landeira, estando presente o Senhor Presidente da Junta da Landeira e certamente poderá falar ou a Câmara Municipal, no sentido de que alguém pudesse fazer referência às questões lá vividas e às dificuldades que a população da Landeira tem vivido que não são exclusivas da Landeira, mas que têm tido mais impacto junto daquela população que está mais longe da sede do Concelho.

188. O **Membro Ricardo Videira** agradece a palavra. Começa por dizer que em Vendas Novas como estão habituados a políticos que prometem e cumprem desejam uma boa caminhada no dia 1 de maio aos Membros do Partido Socialista e aos Membros da CDU, referindo que não os vão acompanhar, mas, fazem votos que seja uma boa caminhada.
189. Dirigindo-se à Senhora Vereadora Ana Barros e ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que ainda bem que a reunião é no próximo dia, porque assim podem levar as propostas apresentadas genuinamente pela sua bancada para contribuírem na retoma da atividade física e que se entenderem que são positivas, para o bem de Vendas Novas, que sejam tomadas pela Câmara Municipal que é naturalmente o objetivo da Bancada do PSD.
190. Agradece ao Senhor Presidente da Câmara Municipal o esclarecimento relativamente à Equipa de Intervenção Permanente, referindo que é uma linha de raciocínio à qual já estão habituados, quando os temas são levantados tudo está previsto, tudo está orçamentado, tudo está pensado, tudo vai ser executado. O facto é que, quando debateram o assunto na Assembleia Municipal em dezembro, a Bancada do PS, a bancada que o suporta não sabia que estava estudada a criação de uma Equipa de Intervenção Permanente e mais, não sabe se a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários sabia que estava a ser estudada e o Senhor Presidente da Câmara Municipal também não partilhou essa informação na presente Assembleia Municipal.
191. Menciona que é um objetivo meritório, é um objetivo que saúdam, concordam com ele, mas, de facto dá-lhes a sensação que realmente está a correr atrás do prejuízo e não o diz só correr atrás do prejuízo na criação da Equipa de Intervenção Permanente, mas na própria intervenção que acabou de fazer na Assembleia Municipal.
192. Indo ao tema que interessa e como o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu muitas vezes nas suas intervenções, assuntos de interesse para a Atividade Municipal e para a Assembleia Municipal acompanhamento da Assembleia Municipal, e não falaram ainda sobre o problema ambiental, que é algo que é relevante e sobre o qual o Senhor Presidente da Câmara Municipal fez declarações até há muito pouco tempo à comunicação social e que não trouxe esses elementos para a Assembleia Municipal, mas tem três questões para lhe colocar precisamente sobre esse tema, questões muito objetivas e gostava que o Senhor Presidente da Câmara Municipal fosse assertivo nas respostas.
193. Primeiro, na Assembleia Municipal de dezembro de 2020, questionado pelo PSD sobre a disponibilização da sentença do Tribunal, sobre a providência cautelar interposta pela Extraoils para a reabertura do coletor, o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que não o poderia fazer porque tinha indicação jurídica para não o fazer.
194. Questionado na sequência sobre se o documento teria sido facultado a alguém fora da Câmara Municipal antes da referida Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que teria de confirmar, mencionando que se recorda certamente dessa ocasião.
195. Questiona mais uma vez se a sentença foi ou não disponibilizada a alguém fora do Município antes da Assembleia Municipal de dezembro de 2020, sim ou não. Em caso afirmativo, quem a disponibilizou, a quem e para que fim, se não poderia ser disponibilizada à Assembleia Municipal.
196. Questiona o Senhor Presidente da Câmara Municipal se nessa mesma Assembleia Municipal de dezembro de 2020, voltaram a solicitar a disponibilização de dados que comprovassem que a ETAR Municipal cumpria todos os parâmetros legais em 23 de outubro de 2020, a data em que isso foi anunciado nas redes sociais do Município.
197. Nesse dia, o Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu-lhes que estranhou não lhes terem sido facultados os referidos elementos, quando os mesmos já estariam na posse do Município, posteriormente em resposta a um requerimento que colocaram, dizendo que o facto de não serem dados do Município, mas de entidades externas, obrigava-os a não o divulgar sem autorização prévia da entidade competente.

198. Volta por isso a questionar em que fundamentação legal a Autarquia se fundamenta para não partilhar os referidos elementos com os Deputados Municipais. Que documentos é que a Câmara Municipal pode ter acesso que a Assembleia Municipal não pode, impedindo-os assim de analisar escrupulosamente os dados relevantes para o panorama ambiental do Concelho e esperam obviamente que não se trate de um lapso e que os faculte o mais rapidamente possível.
199. Menciona que no dia 14 de abril foi aprovado em reunião de Câmara Municipal, o Relatório de Auditoria ao processo produtivo industrial a águas residuais da empresa Extraoils, Oils 4 The Future. Atendendo ao histórico recente desses problemas e ao contrario do que seria expectável por um tema dessa relevância, a Câmara Municipal não tomou a iniciativa de o partilhar com a Assembleia Municipal, nem de o incluir num ponto e dirigindo-se à Senhora Presidente da Assembleia Municipal, criticando-a por não incluir esse tema num ponto para debate na Assembleia Municipal.
200. No seguimento de um requerimento da Bancada do PSD que colocaram no dia 21 de abril, a Câmara Municipal e a Senhora Presidente da Assembleia Municipal reencaminhou no dia de hoje, às 14h08m, para todos os Membros da Assembleia Municipal, um documento com cento e noventa e oito páginas que constituem informação relevante e importante para Vendas Novas e, que tem fundamentação e interferência direta, na atividade que vêm fazer de há vários meses a essa parte.
201. Ainda assim não tiveram tempo para analisar o documento em profundidade, mas questiona se a origem do problema de funcionamento da ETAR se encontra circunscrito ou não à Extraoils, porque sabem que a Extraoils faz parte do problema, mas querem saber se é só ou não e, quais são as próximas diligências que a Câmara Municipal pretende implementar para resolver o problema.
202. A **Presidente da Assembleia Municipal** refere que apesar de ter sido um requerimento apresentado pela Bancada do PSD, achou que era importante todos os Membros da Assembleia Municipal terem conhecimento do mesmo, por isso fez chegar a resposta a todos os Membros.
203. O **Membro José Leitão** refere que sobre a última questão é evidente que a CDU não se revê nessa prática de às 14.08h da tarde enviar um documento com perto de duzentas páginas com a matéria importante quando esse documento já tinha ido a duas reuniões de Câmara Municipal e por isso havia disponibilidade. “Não havia necessidade” e passa a expressão que é usada num programa de um cómico.
204. A **Presidente da Assembleia Municipal** interrompe dizendo que só enviou o e-mail quando teve acesso ao mesmo, agilizando logo com a D.ª Helena Alcácer o seu reenvio para todos os Membros por ser uma matéria importante.
205. O **Membro José Leitão** refere que tudo bem, mas para todos os efeitos, nesse e-mail deveria ter tido o cuidado de dizer que: “visto só o ter recebido agora, o reenvio segue agora”, sendo que a “culpa pode morrer solteira”, mas não lhe parece que seja correto.
206. Menciona que na página 45, segundo parágrafo da Atividade Municipal e, não vai fazer a questão à Câmara Municipal, vai questionar sim os colegas da Assembleia Municipal se depois de lerem, sabem o que é isso: “o Município foi integrado no projeto Auroral, liderado pela CCDR Alentejo, tendo sido realizado uma primeira reunião em 26 de março de 2021. Foram designadas duas técnicas que acompanharão o projeto por parte do Município”.
207. Questiona se, lhe sabem esclarecer e, se conseguiram perceber o que é isso, é que ele não o consegue. É bom para quem o sabe, agora para quem não sabe, mais vale não escrever nada e isso é uma característica da qualidade da informação que tem vindo ao longo dos dois mandatos à Assembleia Municipal.
208. Como a presente informação se refere até dia 31 de março, vai passar a citar a informação que deveria estar no documento e não está, assim por exemplo: não consta nenhuma informação sobre o projeto regulamento de regalias sociais aos Bombeiros Voluntários de Vendas Novas”. Não se fala nada sobre isso; também nada se diz sobre o relatório da Extraoils à exceção do enviado pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal no presente dia. Também nada se diz sobre a proposta final ao apoio ao Associativismo aprovado em reunião de Câmara no dia 31 de março. Também nada se diz sobre a

- monotorização do protocolo de apoio excecional à Casa do Povo que tinha ido a uma reunião de Câmara Municipal também em março. Nada se diz sobre o protocolo de cedência de equipamentos de prevenção e combate a incêndios realizado entre a Câmara Municipal e a CIMAC. Nada se diz sobre a parceria com a ABAE e o Programa Eco-Escolas que foi também assinado pela Câmara Municipal. Nada se diz sobre o protocolo sobre a instalação de um terminal de mercadorias na região de Vendas Novas e que foi também à reunião de Câmara.
209. Por fim e, porque já não teve “pachorra” para andar à procura de mais coisas, mas nada se diz sobre o Plano de Recuperação e Resiliência, as propostas feitas pelo Município que os fez ao Governo e que não constam também e, não era muito complicado ter colocado isso, foram todos assuntos que foram a reuniões de Câmara e, conseqüentemente, era fácil ter passado para a Atividade Municipal essa informação. A realidade é que ela não aparece, assim como não aparece, por exemplo, uma reunião entre o Sindicato e a Câmara Municipal sobre o Suplemento de Penosidade e Salubridade.
210. Menciona que se continua a ter um défice enorme no que diz respeito à informação à Assembleia Municipal e que acha que a Senhora Presidente da Assembleia Municipal deveria exigir da Câmara Municipal um maior cuidado nessa matéria.
211. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Em relação às questões colocadas pela Bancada do PSD e pelo Engenheiro Ricardo Videira, só para dizer que a questão da EIP, de ela só sair quando é levantado o tema. Em primeiro de tudo, o PSD nunca levantou o tema da criação de uma EIP em Vendas Novas como solução para o problema e, portanto, não lhe parece rigoroso aquilo que afirmou, dando a entender que a Câmara Municipal esteve a “dormir” durante estes anos ou que não fez nada nesse sentido, fosse ou não essa a intenção, é isso que acaba por passar da intervenção que fez.
212. Menciona que não anunciaram e muito menos ao PSD, já aprenderam rapidamente, aquilo que não têm a certeza de vir a ter e de alguma forma, pede-lhe que lhe dê esse rigor de informação, porque já no passado foi acusado de criar expectativas que depois não se concretizaram.
213. Na questão do ambiente tem uma resposta para o Membro Ricardo Videira, sim foi e erradamente enviada para fora do Município a 11 de novembro. Foi enviada para o Movimento Mais Puro, porque o seu gabinete tinha uma indicação sua detrás, de meses anteriores, de disponibilização de informação numa ótica da partilha e da concretização de esforços conjuntos para que, de alguma forma, trabalhem o assunto, como fizeram sempre, com o Movimento que se criou em Vendas Novas e erradamente foi enviado o documento do qual viriam a ter Parecer Jurídico a seguir que não poderiam ter disponibilizado até encerrado o processo em Tribunal. Felizmente também, da parte do Movimento houve o cuidado de não o divulgar.
214. A questão dos dados que comprovassem o funcionamento da ETAR, a ETAR não é outubro, a ETAR como se comporta devidamente e com indicadores estáveis desde outubro até ao presente dia e têm esses relatórios comprovadamente e têm indicação já da AGDA de que podem disponibilizar à Assembleia Municipal e com essa informação, não sendo dados da Câmara Municipal, são dados que a Câmara Municipal obtém de uma entidade parceira que gere a ETAR, foi pedido e estão autorizados a ceder a informação, pelo que fá-lo-ão com todo o gosto, porque como tem vindo a afirmar, não têm registos de problemas, nem à entrada nem à saída da ETAR.
215. A questão da Auditoria se é só à Extraoils, refere que a Auditoria é muito mais profunda do que à Extraoils, não fazia sentido para a Câmara Municipal promover uma Auditoria que se focasse só numa empresa, aí não fazia qualquer sentido, a Auditoria é feita a todo o sistema de todo o Parque Industrial, de toda a cidade de Vendas Novas até se chegar à ETAR de Bombel.
216. Nesse sentido, há um conjunto de diligências agora com a Auditoria na mão vão ter que ser tomadas para, de alguma forma, mitigar problemas futuros e é nesse patamar em que estão, que é trabalhar tecnicamente para apontar caminhos e soluções sendo que o primeiro passo é apontado na Auditoria e respeita o facto de não terem tido tempo de a analisar.

217. Esclarece a Senhora Presidente da Assembleia Municipal que as deliberações da Auditoria são da única e exclusiva competência do Órgão Executivo e não deliberativo. O não envio foi por uma questão do documento ser público desde o momento que vai à Câmara Municipal, está transcrito nas atas em anexo inclusive às mesmas e, de alguma forma, era noção do executivo municipal que ele estaria ao acesso de todos os Membros da Assembleia Municipal e ainda que compreenda o PSD, não tem Vereadores, esse é um problema e não compreende, nem aceita a CDU que têm dois Vereadores na Câmara Municipal que certamente têm a disponibilizado a informação que é tão importante para a Assembleia Municipal que não acredita que o Membro José Leitão, que sabe a agenda de todas as reuniões de Câmara, que não saiba que isso lá foi e não tivesse tido acesso ao documento.
218. Menciona que até o aceita por parte do PSD porque não tem ninguém no Órgão Executivo, da parte do Membro José Leitão e da Bancada da CDU é impossível de aceitar, uma vez que é um assunto tão importante para a Assembleia Municipal e tendo a CDU dois Vereadores eleitos na Câmara Municipal, não acredita que não tenha tido acesso.
219. Pede desculpa ao Membro José Leitão, mas não é muito provável que não tenha tido acesso ao documento ou que diga que só o recebeu na presente data, às duas. Recebeu-o oficialmente e não o pediu sequer. Tendo dois Vereadores na Câmara Municipal que tinham o documento, foi à reunião de Câmara e nem sequer o pediram, quem o pediu foi de facto a Bancada do PSD compreensivelmente, porque não têm ninguém no órgão Executivo.
220. Em relação à questão colocada também pelo Membro José Leitão, refere que, por vezes são “presos por ter cão ou por não ter” e, de facto, não é muito compreensível a intervenção sobre a informação quando se fala numa catadupa de acontecimentos que se vieram já a concretizar já em abril e a informação reporta a 31 de março, quer o projeto de regalias dos Bombeiros Voluntários que foram à reunião de Câmara já em abril, estando no momento no processo de concretização de interessados. As regalias do projeto estão, no presente momento, numa fase em que não há muito mais para dizer de que abriram um processo de inscrição de interessados para começar a elaborá-lo, não havendo nada que tenha sido deliberado que não um início de um procedimento.
221. Não lhe parece que as informações da Atividade Municipal devam ter a reversão das ordens de trabalho das reuniões de Câmara, não fazendo sentido divulgar as ordens de trabalho das reuniões de Câmara, que têm o cuidado de o fazer, bem como a questão da bandeira verde que foram hasteadas a semana passada nas escolas, porque foi quando as receberam, sendo que também não compreende essa questão, mas também não é novo, o Membro José Leitão irá sempre queixar-se da qualidade da informação até porque não se lembra dos tempos em que teve no poder, em que a Bancada do PS, nem metade do que dão, tinham, sendo que, de alguma forma, não é nada de novo.
222. O Membro José Leitão refere que o Senhor Presidente da Câmara Municipal tem o hábito de tentar dar a volta às coisas.
223. Relembra-lhe quando fala do relatório é evidente que a Bancada da CDU teve conhecimento do relatório, tem dois Vereadores na Câmara Municipal. Acha é que não é correto responder às 14h08 à Assembleia Municipal, independentemente da Bancada com o relatório, isso é que não acha correto, não está preocupado com quem é que deu ou com quem não deu, não é isso. Não acha é correto fazer isso. Agora a CDU é evidente que tinha tido conhecimento, sendo sobejamente conhecido, estando em atas de reunião de Câmara a sua posição, agora também não acha é correto nesse documento à informação à Assembleia Municipal que nada se diga sobre o dito relatório, que era aí que se estava a referir. No presente documento de informação à Assembleia Municipal não tem uma única questão sobre o relatório.
224. Pede desculpa ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, mas devia de constar na informação da Atividade Municipal a informação sobre o relatório e não consta, referindo que isso não é a “república das bananas”, devendo ter alguma coisa sobre esse documento, que é das matérias, no presente momento, no Concelho de Vendas Novas que mais preocupam os Vendasnovenses.
225. Refere que o Senhor Presidente da Câmara Municipal fala sobre o regulamento das regalias sociais aos Bombeiros Voluntários que foi em abril, foi sim senhora, mas isso foi aprovado em reunião de Câmara

- em março, não foi em abril, foi em março e, conseqüentemente se isso é uma informação à Assembleia Municipal até ao dia 31 de março, essa informação deveria constar e não consta.
226. Menciona que os preciosismos dos sinais de trânsito e disso, já nem fala disso, já falaram, por isso já nem fala disso que não vale a pena.
227. Sendo que presentemente, há determinadas coisas que lhe parecem que mereciam estar presentes, nomeadamente, aquelas que vão às reuniões de Câmara no período em que diz respeito a informação da Assembleia Municipal e que não aparecem. Não é preocupado pela Bancada da CDU na Assembleia Municipal, é pela população do Concelho que encontra na informação da Assembleia Municipal se quiser, aquilo que a Câmara Municipal anda a fazer, é só por causa disso, não é cá por causa do José Leitão, nem da CDU, referindo que a CDU tem os Vereadores na Câmara Municipal, mencionando que trabalham, que fazem o seu trabalho, agora o PSD não tem lá ninguém, Os Verdes não tem ninguém, conseqüentemente e, a população que tenha interesse se pegar num documento desses fica com muita pouca informação do que é que a Câmara Municipal anda a fazer, quando o presente documento deveria refletir isso, sendo até obrigatório por lei, mas também já não vai pelo quadro legal, que o Senhor Presidente da Câmara Municipal sabe isso melhor do que a sua pessoa.
228. O **Membro Ricardo Videira** agradece a palavra. Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara Municipal em relação à EIP, não querendo tirar o mérito, de forma alguma, a quem governa, quando governa bem. Se pudesse ter feito mais cedo a EIP, está certo que o teria feito, está a falar-se de socorro e emergência às famílias, concidadãos, amigos, aos Vendasnovenses. Por isso, não tem dúvidas nenhuma que o poderia ter feito mais cedo, mas também não pediram que o dissesse à Bancada do PSD, podia ter dito só à sua Bancada do Partido Socialista, eles pelo menos podê-lo-iam saber e não sabiam.
229. Indo ao tema efetivamente de fundo que é a questão ambiental e pede permissão por começar pala Senhora Presidente da Assembleia Municipal, porque o que se passa presentemente, de alguma forma, deixa-os desconfortáveis e continuam a não entender e a manifestar repúdio como a Câmara Municipal trata a Assembleia Municipal e que a Senhora Presidente da Assembleia Municipal tem de se insurgir contra isso.
230. Refere que a Senhora é Presidente da Assembleia Municipal de Vendas Novas e se a Câmara Municipal não disponibiliza informação para que a Bancada do PSD possa exercer o seu trabalho, se a Câmara Municipal presta informações erradas e demora quatro meses a corrigi-las, menciona que não podem deixar passar isto em branco.
231. O Senhor Presidente da Câmara Municipal acabou de dizer presentemente que prestou uma informação errada à Assembleia Municipal de dezembro de 2020, demorou quatro meses para corrigir essa informação, não podem deixar passar incólume, informação falsa à Assembleia Municipal, sim, informação falsa, a informação tinha saído do gabinete do Senhor Presidente da Câmara Municipal para fora dos Órgãos Autárquicos e, o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que não poderia sair e que não tinha saído.
232. Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, pede-lhe permissão, mas prestou uma informação falsa à Assembleia Municipal.
233. Menciona que tem dificuldade em perceber a questão da AGDA e vai explicar porquê. Refere que têm feito muitos requerimentos, porque o Senhor Presidente da Câmara Municipal muito voluntariamente e, não percebem porquê, porque o Senhor Presidente da Câmara Municipal não presta informações sobre esse assunto - a questão ambiental. Fê-lo uma vez num ponto da Assembleia Municipal, depois de ter sido muito forçado, mas o facto é que num requerimento que fizeram em setembro do ano passado, o Senhor Presidente da Câmara Municipal envia-lhes dados da AGDA, em setembro de 2020 e, o que lhe vão pedir na sequência é que lhes mostrem essas autorizações da AGDA, como é que a AGDA autoriza a disponibilização da informação à Assembleia Municipal.
234. Menciona que não o sabe, nunca viu um Órgão como a AGDA ter que autorizar o Senhor Presidente da Câmara Municipal, “em que junto enviamos a informação e pode partilhar com a Assembleia

Municipal”, questionando se é isso que vem escrito, referindo que não crê, mas vai querer ver, “ver para crer”. Acha incrível se lhes pedirem sigilo, se lhes permitirem a consulta e não o envio da informação, isso aceita, mas também não percebe como é que lhe está a dizer que a AGDA já autorizou o envio e o porquê de não o ter enviado, porque é que continua com a informação só na sua posse, porque é que não os deixa fazer o seu trabalho e a Senhora Presidente da Assembleia Municipal porque é que não exige a Câmara Municipal facultar informação para que a Bancada do PSD faça o seu trabalho, não o percebe. A Assembleia Municipal está sim a ser desrespeitada, toda a Assembleia Municipal e é esse o discurso do 25 de Abril, o 25 de Abril foi feito para que possam fazer o seu trabalho, fiscalizar o trabalho da Câmara Municipal e é isso que precisam de fazer e não conseguem porque não lhes dão os dados e é contra isso que têm de se insurgir.

235. Dirigindo-se à Senhora Presidente da Assembleia Municipal refere que era tudo isso que lhe queria dizer que a falta de informação é sua, é da Câmara Municipal e sua e, aquilo que esperam daí para a frente e já faltam poucos meses para terminar o mandato que se corrija essa questão.
236. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Dirigindo-se ao Membro Ricardo Videira refere que a sua intervenção mais parece um comício, sendo engraçado.
237. Primeiro de tudo refere que é mentira que prestou informação falsa. Recordando a Assembleia Municipal de dezembro de 2020, lembra-se perfeitamente do Membro Ricardo Videira ter surpreendido com uma expressão “Senhor Presidente esta é pergunta para sim ou não”, questionando o Membro Ricardo Videira se se recorda e a sua resposta foi “não sei, vou indagar”.
238. Menciona que não mentiu uma única vez sobre esse processo a nenhuma bancada e muito menos à Assembleia Municipal, porque, de facto, não sabia de ter sido enviada. Há uma indicação sua de remeter para o Movimento a informação considerada útil no âmbito do processo porque trabalharam em conjunto durante meses e, portanto, disse que ia ver. Na segunda Assembleia Municipal que o Membro Ricardo Videira o questionou sobre isso ainda não tinha essa informação e, no presente, está a transmitir porque já a tem. De facto, foi enviado num lapso que não deveria ter sido, de acordo com o Parecer Jurídico que têm que até terminado o processo em Tribunal e, não estão a falar de ocultação de informação que não lhes apeteça não dar, havendo um processo a decorrer em Tribunal e o executivo, obviamente, obedeceram àquilo que são as indicações jurídicas sobre esse processo e reconhece imediatamente o erro de ter sido enviado para uma entidade, aquilo que não poderia ter sido enviado, só isso.
239. Refere que não mentiu em nenhum momento, não reconhecendo ao Membro Ricardo Videira sequer essa possibilidade de dizer que mentiu à Assembleia Municipal, ponto número um.
240. Em relação à questão das análises, menciona que sim, a AGDA é uma entidade externa da Câmara Municipal que faculta a pedido da Câmara Municipal informação sobre a sua atividade. A Câmara Municipal não disponibiliza, nem publicita informação que não seja com autorização de uma entidade terceira.
241. Questionando o Membro Ricardo Videira o que é que tem isso de anormal, pedindo imensa desculpa, mas o executivo trabalha de forma séria e rigorosa. Se ceder a uma empresa do Parque Industrial ou a uma associação, informação da Câmara Municipal sobre determinada associação, não espera que ela a divulgue ou que ande a divulgar e, portanto, a Câmara Municipal solicitou autorização e nem sempre é autorização escrita, falam telefonicamente, mas pode mostrar correspondência nesse sentido, questionando qual é que é o problema.
242. A questão do que diz e onde tem razão é que já deveria ter sido entregue, aí sim. Estão de acordo e não têm problema, porque se tivessem alguma coisa mal, aí sim, tinham razão para não dar, mas não está e não tinham, porque se tivessem a preocupação certamente era conjunta, não era só da Bancada do PSD e nem só do executivo.
243. Em relação à questão do não enviar, não foi por motivo nenhum em especial, é só uma questão pensa de preciosismo. A Câmara Municipal tomou conhecimento desse documento em abril dia 14, não, não enviaram num período até 31 informação que a Câmara Municipal só mais tarde é que teve e, portanto,

será enviado na Ata Municipal reportante ao mês de abril, como habitualmente o fazem, sendo que não há nada de anormal nisso, a informação que foi primeiro e por uma questão de consideração, pede desculpa, pelo Órgão Executivo que dirige enviada aos Senhores Vereadores todos eles que estão presentes na sala para conhecimento e aprovação inclusive. Portanto, não, não vem na Atividade Municipal feita até 31 de março.

244. Percebe a urgência do PSD. Já faltam poucos meses e, portanto, compreende que não há muito onde se agarrar, mas no caso concreto vai ter de esperar pela Assembleia Municipal de junho onde irá a informação de abril para a frente e onde virá essa informação, sendo que nesse caso nem precisa, porque fizeram o favor de antes dos quinze dias que a lei determina, enviaram à Assembleia Municipal a resposta ao requerimento que o PSD fez, nem chegaram aos quinze dias que a lei determina e, portanto, por ter sido às 14.08h é ofensivo para a Assembleia Municipal, para a próxima vez se calhar é no limiar da legislação ao décimo quinto dia, se consideram que é mais pertinente para não ofender ninguém, sendo que o Executivo levou oito dias a responder.
245. O **Membro Tiago Aldeias** refere que não ia falar sobre esse assunto, até ia pedir desculpa porque não prestou atenção, não sabendo se foi respondida a sua questão sobre a questão da saúde na Landeira, que também acha que era importante.
246. Sobre o assunto das descargas e dos maus cheiros, não ia aprofundar muito a questão, mas, acha importante até porque está público presente, achando que se deve é de centrar no objetivo da resolução do problema e questiona a Câmara Municipal sobre o que está a fazer para resolver o problema do mau cheiro que se mantém e das descargas no concreto, qual é que é a estratégia para resolver o problema.
247. O **Membro Ricardo Videira** dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara Municipal refere que a expectativa da Bancada do PSD, que o Senhor e a sua Câmara Municipal, disponibilizem a informação à Assembleia Municipal com a maior brevidade possível, porque acreditam genuinamente que aquele discurso que fez no 25 de Abril, aquele discurso da democracia e da liberdade e do respeito pela oposição e pelo próprio estatuto da oposição não é retórica é real, é aquilo que sentem enquanto defensores de abril e foi presentemente inclusive votada pela Bancada do PS, uma Moção a respeito disso mesmo.
248. Portanto, essa questão de responder no limite do prazo e por aí fora, sinceramente, acha que não é esse o caminho que devem de seguir. Devem de tentar ser produtivos e ser construtivos e, o facto, a sensação que têm, Assembleia Municipal após Assembleia Municipal é que se tenta prorrogar e não enviar informação para que ela se arraste no tempo e se diluía o efeito dessa informação, não lhes permitindo fazer o trabalho da Bancada do PSD.
249. Refere que o Senhor Presidente da Câmara Municipal acabou de se contradizer presentemente, dizendo que a informação é pública, o relatório é público, está na Ata da reunião da Câmara Municipal e questiona se o Senhor Presidente da Câmara Municipal sabe qual é a última reunião da Câmara Municipal que está no site da Câmara Municipal, referindo que é a ata de 26 de fevereiro de 2021.
250. Menciona que o Senhor Presidente da Câmara Municipal mandou a Assembleia Municipal ir consultar as atas das reuniões de Câmara e a que têm é de 26 de fevereiro de 2021.
251. Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara Municipal refere que não é assim que se trata o órgão.
252. Dirigindo-se à Senhora Presidente da Assembleia Municipal dizendo que se tem de ter respeito pela instituição Assembleia Municipal. A Câmara Municipal tem que facultar a informação para que possam fazer o seu trabalho. Não é uma questão de se ter coisas para se agarrar, o que querem é fazer o melhor pela terra e esse tema é demasiado importante para ser tratado dessa forma. Pede para se partilhar a informação com a Bancada do PSD, para que possam fazer parte da solução. Não os tornarem parte de um problema que não existe entre todos, querem informação para poderem fazer o seu trabalho e é isso que lhe pedem e é isso que o Senhor Presidente da Câmara Municipal não tem feito.
253. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Em relação à questão da Landeira pede imensa desculpa ao Membro Tiago Aldeias, tem toda a razão, no âmbito do debate que estabeleceram com o

- Membro José Leitão e com o Membro Ricardo Videira, pelo que pede desculpa por não ter respondido. Pelo que fará a intervenção e passará a palavra à Vereadora Ana Barros que tem o Pelouro da Saúde para falar sobre isso.
254. No que toca à questão dos maus cheiros e resolução do problema, refere que no presente o problema está mitigado, ou seja, não há descargas a serem feitas para os coletores de forma anómala que alterem valores na ETAR e que ponham em causa o funcionamento desde de setembro e, portanto, no presente podem dizer que não têm problema, porque não têm havido descargas e porque o coletor está fechado. Basicamente, depois da decisão que tomaram na Câmara Municipal a 2 de setembro, fecharam o coletor da fábrica e no momento não há descargas e, nesse sentido, não tem havido nada anómalo que possa alterar os valores de funcionamento da ETAR e é por isso que ela está a cumprir.
255. Em relação ao Membro Ricardo Videira, pensa que há aqui alguma inexperiência que possa ter também nessa matéria uma vez que está há pouco tempo ligado aos Órgãos Autárquicos e, de alguma, forma acredita que o Membro Ricardo Videira tenha razão e, na questão da Auditoria, sendo uma questão Executiva deveria ser discutida na Assembleia Municipal e, talvez esteja a ver mal o assunto, mas pensa que o que é executivo é na Câmara Municipal, o que é deliberativo é na Assembleia Municipal e, a Assembleia Municipal tem o direito de requerer toda a informação e a Câmara Municipal tem a obrigação de lhe a enviar e, pensa que é assim, não sabendo se é ou não, porque de facto é muito novo nisso e ainda não anda há muitos anos e tem muito sempre para aprender e tem de aprender sempre muito mais, mas de facto, pensava que o funcionamento era a Câmara Municipal debatia e aprovava matérias executivas e a Assembleia Municipal fiscalizava requerendo informação que pudesse não ter e, não sendo nada do ponto de vista deliberativo da Assembleia Municipal, as bancadas requereram, a Câmara Municipal enviou, pensa que nada de anormal nisso e, aliás como o frisou os prazos cumpridos coisa que no passado não acontecia e tem de destacar isso também, no passado em alguns dos requerimentos não conseguiram responder dentro do prazo estipulado por lei.
256. Sendo agora possível e está o assunto em discussão sem que ele tivesse que estar no presente momento, porque na próxima Assembleia Municipal ele virá na Atividade Municipal a informação relativamente à aprovação. Portanto a “Cesar, o que é de César”, à Câmara o que é da Câmara, à Assembleia o que é da Assembleia Municipal, todos os requerimentos que os Senhores Membros da Assembleia Municipal através da Senhora Presidente da Assembleia Municipal fizerem, garante que a Câmara Municipal responde como sempre respondeu, nunca se furtaram de responder a nada.
257. Dirigindo-se ao Membro Ricardo Videira, que para se estar no Órgão Executivo tem de se esperar e ver o resultado das futuras eleições, porque, de facto, a Assembleia Municipal é um Órgão Deliberativo e como o vê, a matéria é da Câmara Municipal e foi à Câmara Municipal, agora requerendo-o terá o documento na próxima Assembleia Municipal em que tratarão do período de abril para a frente que virá na Atividade Municipal de abril, porque o período que tem em causa reporta a 31 de março e a deliberação da Câmara Municipal é de 14 de abril sobre o Relatório da Auditoria e, ele virá na Atividade Municipal descrito no processo de aprovação da deliberação da Câmara Municipal, porque é isso que faz a Atividade Municipal nos casos mais importantes e reconhece ao Membro José Leitão que, de facto, foi a 31 de março que reporta a questão dos Bombeiros, o último dia de elaboração do presente documento e por algum motivo poderá não vir, reconhecendo isso, a reunião foi mesmo a 31 de março.
258. Dirigindo-se à Presidente da Assembleia Municipal dizendo que não tem mais nada a esclarecer no presente ponto, estando plenamente tranquilo com a informação que prestou. Passa a palavra à Vereadora Ana Barros, com a questão da saúde na Landeira.
259. A Vereadora Ana Barros refere que em relação a esse assunto, só podem esclarecer e pede ao Senhor Presidente da Junta da Landeira se houver algum facto que ela não se recorde, para intervir. Pensa que no final de janeiro, o médico que presta cuidados de saúde na extensão de Landeira ficou de baixa médica. Não tiveram logo conhecimento do mesmo e nem têm de ter logo conhecimento imediato da questão, mas através da Junta de Freguesia vieram a saber que, de facto, as pessoas estavam sem a possibilidade de ser acompanhadas na medicina geral e familiar e, entretanto, o próprio Agrupamento de Centros de Saúde do Alentejo Central contactou o Município, revelando alguma dificuldade em substituir o clínico que estava a prestar esses cuidados de saúde na Landeira.

260. Menciona que, ficaram na disposição de ajudar naquilo que fosse necessário e, entretanto, houve a possibilidade de substituição, estando já desde o início do mês de abril um médico a fazer consulta na Landeira, contratado pelo ACES e o Município está inclusivamente a apoiar as deslocações do clínico que reside em Setúbal e não tendo direito à ajuda de custo para se deslocar para a extensão de Landeira, acabou o Município a título de incentivo também e, para ter a certeza, que a pessoa ia manter a sua substituição de assegurar a deslocação do médico.
261. Sendo isso, apenas que tem conhecimento, não consegue esclarecer mais nada ao pormenor, a não ser que desde o início do mês de abril já há consultas de medicina geral e familiar na Landeira.
262. O **Membro Tiago Aldeias** refere que sobre os cuidados de saúde na Landeira, só esperam que essa exceção do apoio da Autarquia ao médico não se torne corrente, que continue a ser só exceção, sendo que ainda há pouco votaram contra a transferência das competências na área da saúde, sendo que teremos de exigir a alguém que assuma esses compromissos e que não fique a Câmara Municipal com esse encargo, se não é sua competência.
263. Questiona se estando o coletor fechado, o que é que a empresa faz aos poluentes que produz, sendo algo que lhe preocupa, enquanto cidadão e acha que deve de ser uma preocupação de todos, provavelmente não o saberão responder, mas acha que isso exige que se reflita sobre isso e que se preocupem todos sobre isso. A empresa produz efluentes que não estavam em condições de ser enviados para a ETAR de Bombel, continua a funcionar, continua a produzir esses afluentes, o cheiro também continua, mas questiona o que é que a empresa faz a esses efluentes, onde é que os descarrega, onde é que o descarrega e em que condições é que os descarrega.
264. Pensa que isso os deve de preocupar, não sendo a Câmara Municipal que irá resolver o problema, mas pensa que tem o dever de dar um contributo para conhecer o que é que se está a passar sobre isso.
265. **A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

## PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

266. **A Presidente da Assembleia Municipal** refere que tem se muito público, que a intervenção do público é uma intervenção não superior a trinta minutos e essa intervenção do público é uma parte para solicitar esclarecimentos. Cada cidadão pode intervir uma vez, pode pedir o esclarecimento que quiser, mas só uma vez.
267. Questiona se alguém presente do público quer pedir algum esclarecimento, pedindo os nomes de todos.
268. O **Munícipe Manuel Barrisco** refere que pertence à Concelhia do Chega em Vendas Novas, mas a sua intervenção vai ser como cidadão, não vai ser como partidário.
269. Menciona que, continua a não entender a metodologia utilizada no presente evento, sendo que há a divisão partidária, onde estão os Grupos Partidários que são os representantes dos eleitores, mas também há um público, uns que são filiados no partido ou seja o que for, mas há independentes, sendo cidadãos independentes que vem assistir à Assembleia Municipal, sendo que houve 12 pontos a ser discutidos, salvo erro e o presente público só poder intervir no final.
270. Menciona que se quiser referir alguma questão, por exemplo, no ponto dois ou do três, tem de fazer uma ginástica cerebral, porque não anotou nada.
271. A sua sugestão de metodologia seria no final de cada ponto, os partidos pronunciavam-se, havendo depois dois ou três minutos para a intervenção do público, porque existem indivíduos que não têm partido, mas são cidadãos, são eleitores, deixa essa sugestão.

272. O segundo ponto refere-se logo sobre o festivo do 25 de Abril e do 1.º de maio que foi um discurso mais ilusionista porque a história não reza assim. A história não reza como está a ser utilizada por tendências ideológicas ou políticas, têm de ser sérios, têm de ler.
273. A Torre do Tombo há uma série de anos ficou aberta ao público, havendo lá documentação que estava amordaçada...
274. **A Presidente da Assembleia Municipal** interrompe questionando o Município Manuel Barrisco qual é a questão que tem para apresentar.
275. **O Município Manuel Barrisco** a pergunta é se essa situação do 1.º de Maio, sendo que a do 25 de Abril já passou, se vão continuar a utilizar a cerimónia do 1.º de Maio ou seja, o festejo do 1.º de Maio, que é o dia do trabalhador, só focados à Função Pública, porque os problemas graves que existem é no privado, a Função Pública está tranquila por ser a massa eleitora do sistema decorrente, querendo ver se há promoção do sector privado também para isso, sendo esse é que gere economia e não dá despesa ao estado, gere economia e, claro que a Função Pública está tranquila, mesmo com o caso da pandemia.
276. Questiona para onde vão os resíduos, se a ETAR está fechada, porque a fábrica continua a laborar, devendo haver um aterro, não o sabe. Já foram vistos camiões cisterna a sair, havendo vários testemunhos de alguma coisa.
277. Questiona o que é que têm a dizer sobre o mercado de trabalho em Vendas Novas que, pelo que sabe e pelo que tem visto não só pela sua pessoa, mas várias pessoas que já testemunharam isso, que é quando entregam um curriculum, há uma parte que é flagrante, que é do sistema, ou entra ou não entra, se é do PS, se é do Partido Comunista não, havendo sempre um jogo em que a pessoa não é colocada pelas suas capacidades, pelo seu curriculum real de vida e daquilo que sabe. É colocado porque “és dos nossos, entra” e, depois as coisas no terreno é o que se vê, as coisas são deficientes porque as pessoas não estão capacitadas, não estão à altura para assumir certos cargos, principalmente cargos públicos.
278. A sua questão é se esse sistema vai continuar assim, porque o ilusionismo que vem de há quarenta e sete anos...
279. Interrompe **a Presidente da Assembleia Municipal** a pedir para ser mais sucinto.
280. **O Município Manuel Barrisco** continua dizendo que o ilusionismo que vêm há quarenta e sete anos tem criado isso tudo, porque o 25 de Abril está a ser visto de uma maneira muito... sim senhora foi uma revolução. O Américo Tomás e o Marcelo Caetano caíram, não caíram de uma cadeira, mas caíram, foi o 25 de Abril que fez isso, foi uma Revolução Militar, o resto do povo aliou-se.
281. Interrompe **a Presidente da Assembleia Municipal** a solicitar a próxima pergunta.
282. **O Município Manuel Barrisco** refere que a pergunta é essa se o sistema vai continuar assim, se o problema da ETAR é resolvido, se a parte do mercado de trabalho, a parte dos projetos vão continuar assim.
283. Menciona que meteu projetos quando foi a Startup, pediu ajuda e passaram à frente, tinha ideias, tinha estudo, precisava de colaboradores, precisava de apoio, precisava disso tudo e passaram para a frente. Há sete, oito anos que anda a mendigar à Câmara Municipal, facilitem-no, tem projetos, tem ideias.
284. Voltando ao início, a metodologia do presente debate podia focar e fazer mais questões de certos pontos, mas não, já não se lembra deles.
285. Pede desculpa pelo desabafo, esperando não ter sido mal interpretado, podia ter desenvolvido mais se fosse discutido ponto a ponto, a sua intervenção poderia ter sido diferente, sendo uma pessoa que é conhecida pelo lado bom que tem, pelo lado mau. É irrelevante sobre essa situação.

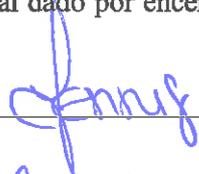
286. O **Munícipe Heitor Dias** começa por saudar a mesa da Assembleia, os Membros da Assembleia Municipal, o executivo e todos os presentes.
287. Refere que em relação à rua onde mora, até quando havia Orçamento Participativo foi uma rua que ganhou levar uma intervenção, questiona para quando dessa intervenção.
288. Nessa mesma rua, o esgoto, pelo menos três a quatro vezes por ano, os serviços Municipais têm de lá ir para desentupir esse esgoto. Por duas vezes, já esse esgoto foi para dentro dos seus terrenos, em que um deles contaminou completamente até ao presente dia, um poço. Questiona para quando a Câmara Municipal pensa fazer algo sobre esse assunto, porque para além do esgoto ir sempre para uma linha de água grande que lá existe ao lado, já entrou no seu terreno por mais que uma vez, em que numa delas lhe deu cabo de um poço.
289. Em relação ao 1.º de Maio e para esclarecer, nem toda a parte Sindical está no 1.º de Maio, é exclusivamente CGTP. A UGT, da qual é dirigente sindical, está fora do 1.º de Maio no presente ano, não faz manifestações.
290. O **Munícipe Marco Silva** saúda todos os presentes. A primeira questão que apresenta refere que é a interrogação de todos os presentes, para quando o recomeço e a finalização do novo Quartel dos Bombeiros Voluntários, está parado, abandonado há vários meses.
291. A segunda questão é a Startup Alentejo. Passaram quatro anos sobre a apresentação do projeto Labcoco, milhões, centenas de empregos, passaram quatro anos, já começaram a vandalizar a estrutura envolvente e a obra nada. Se alguém sabe onde é que essa empresa está e qual a situação dela.
292. A **Presidente da Assembleia Municipal** esclarece que a Assembleia Municipal obedece a regras, não foi Vendas Novas ou a Assembleia Municipal de Vendas Novas que definiu as regras, as regras são nacionais, tem a haver com a lei eleitoral e com o Regimento que foi aprovado pela Assembleia Municipal, mas respeitando a lei. As Assembleias Municipais têm de ser dívidas nesses pontos, agora se pode ser o público em primeiro, se pode ser o público em segundo, isso aí já é da responsabilidade da Assembleia Municipal.
293. Tudo obedece a regras, não podem “inventar a roda”, é a lei pura e simplesmente. Os pontos são debatidos pelos representantes dos Partidos Políticos, não pelo público, independentemente de quem e de que partido for e esteja no público.
294. Quem foi eleito é que tem de representar a Assembleia Municipal. É a lei, não se pode ir contra a mesma.
295. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Em primeiro lugar, cumprimenta os cidadãos que entrevistaram com as suas questões, agradecendo a sua participação na Assembleia Municipal porque, de facto, é enriquecedor também poderem contar com o público para de, de alguma forma, contribuir para o debate e também para esclarecer, sendo essa a ótica de estarem presentes.
296. Em relação à questão colocada pelo Senhor Manuel Barrisco em relação ao dia do trabalhador ser só para o Sector do Estado, refere que enquanto Presidente da Câmara Municipal tem muito pouco poder para influenciar, de alguma forma, as estruturas sindicais, sendo que cada trabalhador é livre, no privado e no público, de pertencer às estruturas sindicais que bem entender e, que têm autonomia para a realização dos eventos típicos do dia do trabalhador, sendo que não há nada que a Câmara Municipal determine, que impeça ou facilite a sua realização. Destaca que em Vendas Novas e antes da pandemia, tinham um evento que era realizado em Vendas Novas e que era apoiado pelo Município com as estruturas sindicais que solicitavam esse apoio para assinalar o dia em Vendas Novas e onde participavam todos os trabalhadores que quisessem, mesmo sem serem sindicalizados. Essa é uma nota que não tem muito a ver com a Câmara Municipal.
297. A questão do sistema do mercado de trabalho, refere que não avalia currículos, não é função da Câmara Municipal, do Presidente de Câmara Municipal e executivo, não percebendo muito bem o que é que quer dizer com o sistema, embora acha que percebe onde quer chegar o cidadão Manuel Barrisco.

298. O que pode dizer em relação ao emprego em Vendas Novas é que é uma terra com bastante pouco desemprego como é sabido, não se tem um desemprego muito elevado no Concelho de Vendas Novas, andam sempre abaixo da metade da média nacional, por sistema, normalmente. Não tem sentido dificuldades acrescidas, a não ser em alguns casos específicos pela obtenção de trabalho no Concelho de Vendas Novas, tendo sentido agora mais recentemente o inverso, tem sentido a dificuldade de algumas unidades conseguirem pessoas para laborar nelas.
299. De alguma forma, o que pode dizer é que a Câmara Municipal tem um Gabinete de Inserção Profissional onde pode ser dado esse apoio e recomenda essa visita, onde funciona também a Startup e de alguma forma recebe as ofertas de trabalho do Concelho de Vendas Novas e encaminha as pessoas em função do perfil para aqueles que se ajustam melhor. Sendo o que pode dizer em relação às questões colocadas pelo Município Manuel Barrisco, sendo questões que não controlam por inteiro ou que sejam competências diretas do Município.
300. Em relação às questões colocadas pelo Senhor Heitor Dias, refere que a Rua Dr. Manuel da Silva Granato foi intervencionada no âmbito do Orçamento Participativo destacando a primeira questão que é uma rua, feita a avaliação técnica na altura, não poderia ser pavimentada, na altura pensa que chegaram a conversar sobre esse assunto e na altura não era intenção pavimentar a rua. Agora removeram toda a camada de assentamento daquele eixo de rodagem, foi toda no fundo reformulada, alargada e o Vereador Bruno não o deixa enganar, mas há três anos que ela, de alguma forma, não se danifica como se danificava anteriormente, não é perfeito, mas é uma rua que intervencionam todos os anos e que vão melhorando.
301. A questão do esgoto tem a ver com uma questão muito antiga das cidades portuguesas, também em Vendas Novas. Não têm redes pluviais autonomizadas dos esgotos e esse é um problema crasso, são redes antigas e que estão a resolver com cada intervenção que estão a fazer nas ruas de Vendas Novas, dando o exemplo das que já foram requalificadas, sendo que todas elas mais recentemente têm o coletor de esgoto e têm uma rede de pluviais que encaminha para as linhas de água, a água limpa da chuva, sendo que o problema se coloca precisamente com a incapacidade do esgoto aguentar certas cargas de águas pluviais que, em alguns momentos do ano, registam e com episódios que têm conhecimento e que registam nessa zona e para os quais têm de procurar uma solução que passará certamente pelo investimento em sistemas de pluviais autónomas da rede de esgotos.
302. Em relação às questões colocadas pelo cidadão Marco Silva, dizer uma coisa simples, apesar do Quartel dos Bombeiros não ser obra municipal, não é da Câmara Municipal, é uma obra para a qual a Câmara Municipal dá apoio. Apoiaram com o terreno e financeiramente, ainda não pagaram porque ainda não chegaram ao ponto da mobilização do empréstimo, quando os Bombeiros Voluntários começarem a mobilizar o empréstimo, começam a dar esse apoio aos Bombeiros Voluntários. Ainda não pagaram, irão pagar quando chegarem ao momento que é, espera o executivo, com a conclusão do Quartel.
303. Esclarece de forma mais clara e, pelo facto, de não ser da competência da Câmara Municipal e ser mais proveitosa a pergunta ser colocada aos Bombeiros Voluntários, pensa que a obtenção da resposta será mais rigorosa do que aquela que pode dar, sendo que têm acompanhado, como não pode deixar de ser e sabem que a empresa que estava a construir o Quartel faliu e que no presente estão num procedimento jurídico, pelo que esperam que seja breve e que nas próximas semanas tomar posse administrativa daquela obra, sendo que a empresa a abandonou, passa o prazo, os Bombeiros Voluntários vão tomar posse administrativa da obra e lançar um novo concurso público para que se possa terminar o Quartel que é a ambição do executivo que só assim conseguem chegar ao objetivo de o conseguir para o bem da comunidade. Não sendo uma obra da Câmara Municipal é uma obra do interesse do Município e apoiada pelo Município.
304. Em relação à Labcoco, é uma situação um pouco diferente, sendo que tiveram na Startup Alentejo vários projetos de incubação. Em quatro anos, sessenta projetos, tendo sessenta empresas incubadas na Startup, sendo uma das que tem mais incubação no Alentejo, havendo muito poucas com esse número e, no Concelho pequeno, como já foi dito, que Vendas Novas é um Concelho pequeno em tamanho, mas, de facto a Startup começou em 2017 com treze empresas e tem atualmente sessenta empresas em três tipos

de incubação: a virtual, a física e o Coworking, que é o espaço que têm comum para todos aqueles que o queiram usar.

305. Na Startup Alentejo já acolheram projetos que tiveram sucesso, que rapidamente deram o salto para o Parque Industrial, que já construíram, já estão a funcionar e houve outros e no caso da Labcoco que não correu bem porque, a empresa acabou por falir por falta de capitais próprios.
306. Está a referir-se a uma empresa brasileira que, segundo a informação que dispõe e que vale o que vale, que não conseguiram tirar o dinheiro do Brasil para fazer os investimentos em Vendas Novas, acabando por falir e o projeto caiu, inclusive com a desistência da candidatura a fundos comunitários e afins, sendo que não há projeto no momento, há um lote de terreno que é o que conhecem e é o que veem. A falência da empresa é também uma má notícia para Vendas Novas, mas não é novo, não é nada de novo, sendo que já tiveram empesas nessas circunstâncias, o que interessa é não parar e continuar a atrair empresas, porque é esse o trabalho do executivo e muito em breve terão informações positivas nessa mesma área.
307. Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida, votada e aprovada, por **unanimidade**, a minuta da ata, tendo a Presidente da Assembleia Municipal dado por encerrada a sessão quando eram 23 horas e 51 minutos do dia 28 de abril de 2021.

A Presidente da Assembleia: \_\_\_\_\_



O 1.º Secretário: \_\_\_\_\_





# Anexos





## Moção de saudação ao 25 de Abril e ao Primeiro de Maio

**“Mas enquanto homens lutavam com uma entrega total**

**Outros homens conspiravam contra o novo Portugal”**

**Ary dos Santos**

Os quarenta e oito anos de ditadura caíram perante a bravura dos Capitães de Abril e o grito de Liberdade do povo Português que, rapidamente, acorreu às ruas e solidificou a Revolução. Esta foi uma Revolução popular, que mudou permanentemente a face do país. E hoje, a Liberdade e a Democracia, a Segurança Social e o Serviço Nacional de Saúde, o Estado de Direito e os Direitos Laborais são fruto do 25 de Abril.

Quarenta e sete anos depois ainda há quem insista em minorizar as vitórias conquistadas com a revolução de Abril. Uma nova direita nasceu em Portugal que objetivamente ataca todos os valores que o 25 de Abril nos trouxe – a sociedade livre, justa e solidária. Essa direita encontra, não raras vezes, o silêncio comprometedor de todos os que, na direita mais moderada, se silenciam perante os ataques à Democracia, à dignidade da vida humana, à Igualdade, à Justiça Social. Uma direita que normaliza os ataques dos novos fascistas e que, portanto, auxilia no desmantelamento das instituições democráticas. Uma direita que nunca viveu confortável com o 25 de Abril de 1974 e com os avanços sociais que daí resultaram.

Hoje, mais do que nunca, e especialmente em tempos de pandemia, deveremos manter a nossa firmeza nos direitos, liberdades e garantias que a Constituição da República Portuguesa prevê. Devemos manter a firmeza na proteção social, no Serviço Nacional de Saúde universal e público, na Educação assente na igualdade de oportunidades, num sistema fiscal progressivo, equitativo e justo. Estes serão os alicerces que devemos continuar a defender contra a nova direita fascista, normalizada pela direita moderada.



A maior honra que prestamos aos Heróis de Abril é a defesa dos valores nascidos na Revolução. E nessa defesa intransigente dos valores de Abril está plasmada a homenagem às milhares de vítimas do regime fascista, seja nas prisões portuguesas ou nas matas africanas. E nessa defesa intransigente dos valores de Abril está também plasmada a nossa homenagem ao Portugal livre, justo e solidário que não desistimos de construir.

Mas se o Povo Português alicerçou a Revolução, os trabalhadores Portugueses garantiram o avanço que faltava: a proteção do direito à greve, os direitos nos despedimentos e na reforma, a justa distribuição da riqueza, a igualdade de género nas relações laborais, a participação na vida da empresa, a valorização e qualificação da mão-de-obra. E por isso, é justa a celebração do Dia do Trabalhador, precisamente numa altura em que o teletrabalho coloca em causa a justa repartição dos encargos do trabalho, do direito ao descanso, do direito à vida privada. Mais do que nunca importa preservar os direitos laborais numa altura de pandemia e evitar que, com este pretexto, se deteriore as condições de trabalho dos Portugueses.

Quarenta e sete anos depois, a Revolução do 25 de Abril de 1974 continua viva no poder local, na Educação e Saúde públicas, na Igualdade de Oportunidades, no Estado de Direito, no País. Quarenta e sete anos depois, os valores de Abril passam, de geração em geração, e resistem aos ataques mais desenfreados dos que querem voltar ao tempo do antigamente.

Assim, a Assembleia Municipal de Vendas Novas, reunida a 28 de Abril de 2021, saúda o espírito de Abril que resiste no Povo Português, bem como as justas reivindicações em defesa dos direitos laborais dos trabalhadores portugueses.

Saudamos a importante data do 25 de Abril de 1974 como dia fundador da Democracia e Liberdade em Portugal, bem como o Primeiro de Maio, dia do Trabalhador.

A bancada do Partido Socialista de Vendas Novas,

28 de Abril de 2021



Assembleia Municipal de Vendas Novas

## Moção

### 25 de Abril e 1º de Maio

Este ano voltámos a comemorar a Revolução de Abril num contexto de pandemia, afirmando que a Liberdade e os Direitos não se confinam.

As comemorações do 47º aniversário do 25 de Abril reafirmaram o compromisso do povo português com a liberdade e a democracia nas suas vertentes política, social, económica e cultural, constituindo-se como elemento de resistência e combate aos nostálgicos do Portugal fascista, o país da polícia política, das prisões políticas, da censura, do partido único, da Legião e da Mocidade portuguesa, da guerra colonial, do analfabetismo, da fome e da miséria.

No Poder Local Democrático, conquista da Revolução, é igualmente importante travar esta batalha, para tal, dignificar e valorizar o trabalho dos órgãos democraticamente eleitos, promover a participação popular, elevar os níveis de conhecimento dos problemas reais e concretos das populações, rejeitar o populismo, a insinuação e a mentira enquanto armas políticas, são apenas alguns elementos decisivos para a afirmação dos valores de Abril.

Valores esses que não poderão deixar de estar presentes nas comemorações do 1º de Maio, em particular aquelas que se realizam no distrito de Évora, onde os trabalhadores não deixarão de continuar a lutar por melhores condições de vida e em defesa dos seus direitos.

Neste 1º de Maio, no País e na região, tendo presente os valores de Abril, os trabalhadores não deixarão de exigir que se avance em matéria de direitos laborais, por aumento de salários, pelo direito ao trabalho e o combate ao desemprego e pelo reforço dos serviços públicos.

Para os trabalhadores e o povo português, voltar atrás não é opção, avançar é preciso, para se cumprir Abril e fazer de Portugal um país de justiça, igualdade e desenvolvimento.

Assim, a Assembleia Municipal de Vendas Novas, reunida a 28 de Abril de 2021, delibera:

- 1- Saudar todos os que participaram nas comemorações do 25 de Abril;
- 2- Apelar à participação dos trabalhadores de Vendas Novas nas jornadas de luta do 1º de Maio;
- 3- Reafirmar o seu empenho na defesa dos valores e conquistas de Abril, por um Portugal justo, solidário, desenvolvido, livre e soberano.

Assembleia Municipal de Vendas Novas, 28 de Abril de 2021

Os eleitos da CDU,

CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV





## VENDAS NOVAS, UM PASSO À FRENTE NA RETOMA DA ATIVIDADE FÍSICA

A atividade física regular é um fator chave de proteção para a prevenção e o controlo das doenças não transmissíveis, como as doenças cardiovasculares, a diabetes tipo 2 e alguns tipos de cancro. A atividade física também beneficia a saúde mental, incluindo a prevenção do declínio cognitivo e sintomas de depressão e ansiedade.

A situação epidemiológica causada pela doença COVID 19 tem exigido a implementação de medidas constantes e extraordinárias, com vista a prevenir a transmissão do vírus SARS-CoV-2, fortemente condicionadoras da prática da atividade física e desportiva, causando nesta um impacto restritivo sem precedentes.

Reconhecida, porém, a sua extrema importância na mitigação dos efeitos causados pela pandemia, em termos de saúde física e mental, tem sido observado um progressivo incentivo à implementação de medidas de estímulo à prática de atividade física e desporto.

Neste contexto, cabe também ao Município de Vendas Novas, através de um programa criado para o efeito, enquadrado com as necessárias medidas de segurança, promover pela implementação de projetos de incentivo à atividade física, enquanto elemento essencial de proteção da saúde física e mental da sua população.

Assim, atendendo a que a atual situação epidemiológica permite o gradual desconfinamento e a consequente abertura progressiva do comércio, serviço e atividades desportivas, em complemento das proveitosas Iniciativas já desenvolvidas pelo Município, a Bancada do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Municipal de Vendas Novas, reunida no dia 28 de abril de 2021, no Auditório Municipal, que delibere recomendar à Câmara Municipal de Vendas Novas o desenvolvimento de um programa de retoma e incentivo à atividade física considerando as seguintes premissas, sempre em cumprimento das regras de segurança, higiene e sanitárias definidas para o efeito, pela DGS no âmbito da prevenção e diminuição do contágio por Covid-19:

- Apoio direto à atividade física dos profissionais que se encontram na linha frente do combate à pandemia através de descontos no acesso às Piscinas e infraestruturas desportivas municipais até ao final do ano 2021;
- Em parceria com clubes, ginásios e profissionais da área do desporto, promoção de aulas ao ar livre no Jardim Público e demais Parques Municipais com número de participantes devidamente delimitado e garantido através de prévia inscrição
- Garantia do funcionamento das escolas municipais de desporto durante o período do Verão;



- **Fomento de atividade física ao ar livre associada à valorização e preservação da identidade local (ex.: organização de caminhadas e corrida da cidade online);**
- **Disponibilização imediata de testes rápidos para atletas federados, em caso de surgimento de casos positivos ou de algum surto de COVID-19 no concelho de Vendas Novas, e;**
- **Promoção para a utilização das infraestruturas desportivas do Município ao ar livre pelos cidadãos vendasnovenses (ex.: Estádio Municipal, Campos de Padel, etc.).**

**Vendas Novas, 28 de abril de 2021**

**A Bancada do PSD na Assembleia Municipal de Vendas Novas**



## Declaração de Voto

### Sobre a **deliberação** do assunto “3.1 - Relatório do 2º semestre de 2020 do Plano de Saneamento Financeiro e Consolidação Orçamental do Município de Vendas Novas”.

Na reunião ordinária da Câmara Municipal de Vendas Novas realizada, no dia 17 de fevereiro de 2021, nós, Vereadores Teresa Ribeiro e Maria Emília Vicente,  **votámos a favor da deliberação** supra identificada.

Mas, não estamos de acordo com tudo o que está escrito no presente Relatório.

No entanto, **é nosso dever** chamar a atenção mais uma vez que o citado **Plano de Saneamento Financeiro e Consolidação Orçamental** do Município de Vendas Novas e a **contração do empréstimo** (para pagar a fornecedores) para saneamento financeiro, no valor de 2.000.000 euros, pelo prazo de 12 anos, **foram aprovados** por maioria pela **Câmara Municipal** e pela **Assembleia Municipal de Vendas Novas**, no primeiro semestre de 2013, e **visado pelo Tribunal de Contas** apenas no dia 4 de dezembro de 2013.

Salientamos de novo que **apenas os eleitos da CDU votaram a favor** do mencionado **Plano de Saneamento Financeiro e Consolidação Orçamental (PSFCO)** e da **contração do empréstimo** para saneamento financeiro, no valor de 2.000.000 euros, e **todos os eleitos do PS e do PSD votaram contra**.

**É oportuno, justo e não se cansamos** de realçar que na **sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Vendas Novas** realizada, no dia 16 de maio de 2013, **Luís Dias**, na sua qualidade de **eleito do PS**, sobre o **PSFCO e o empréstimo supra**, **disse de viva voz em especial** o que se passa a citar:

- **“o nome do presente plano não deveria ser plano de saneamento financeiro e consolidação orçamental, mas sim “plano de destruição financeira e hipoteca orçamental”;**
- **“Apela ao bom senso da Bancada da CDU e de todos os deputados municipais da presente Assembleia, para que não se permita que, nos próximos 12 anos, o futuro do concelho seja hipotecado e...pede a todos que representam os cidadãos, que pensem no futuro do Município e que com seriedade e honestidade votem em consciência contra este empréstimo que claramente vai hipotecar o futuro do concelho nos próximos 12 anos.”**

Mas, cerca de **seis meses** depois de ter feito **tão gravosas afirmações** **Luís Dias** foi eleito **Presidente da Câmara de Vendas Novas**, em representação do PS, e o **Tribunal de Contas não tinha ainda visado** o empréstimo e o **PSFCO não podia avançar**.

Perante o que tinham dito de **tão negativo**, era compreensível, racional e expectável que o **Presidente da Câmara, Luís Dias, com a sua maioria (PS+PSD)** na Câmara e na Assembleia Municipal, **procedessem à revogação** do citado **Plano de Saneamento Financeiro e Consolidação Orçamental** (para pagar a fornecedores) e do **empréstimo de 2.000.000 euros**.

Ora, tal **revogação** felizmente **não aconteceu**, porque ele sabia que os referidos **Plano e empréstimo eram importantes** para a futura **gestão municipal** do Concelho de Vendas Novas.



Por isso, nós, Vereadores Teresa Ribeiro e Maria Emília Vicente, nos congratulamos novamente com o facto de o senhor Presidente da Câmara, Luis Dias, desde que tomou posse, há mais de sete anos, até à presente data, ter tido a lucidez e a inteligência, que nem sempre tem sido no exercício das suas importantes funções municipais, de estar a cumprir e a fazer cumprir as metas e os objetivos do Plano de saneamento Financeiro e Consolidação Orçamental, aprovado somente pelos eleitos da CDU, com resultados benéficos e positivos na situação financeira do Município de Vendas Novas e na vida das suas populações.

Vendas Novas, 17 de fevereiro de 2021

**O Vereador e a Vereadora da Câmara Municipal de Vendas Novas,**  
eleitos em representação da CDU e do Concelho de Vendas Novas.

  
**João Teresa Ribeiro**

  
**Maria Emília Vicente Paulino**

**Nota:** Esta declaração de voto foi entregue e os Vereadores da CDU requerem e defendem, no exercício dos seus direitos e cumprimento das suas funções autárquicas, que a referida declaração de voto fique registado, na íntegra, na Ata da presente reunião da Câmara Municipal de Vendas Novas realizada, no dia 17 de fevereiro de 2021.

